

CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS

**A DESIGUALDADE RACIAL E AS INTERSECÇÕES DE RAÇA E GÊNERO: UM
ESTUDO COM UM GRUPO DE MULHERES NEGRAS E NÃO NEGRAS SOBRE AS
CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, OS HÁBITOS DE CONSUMO E A
PERCEPÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL EM MACEIÓ/AL**

MACEIÓ/AL
NOVEMBRO DE 2022

RAÍSA ALVES DA SILVA ALMEIDA

A DESIGUALDADE RACIAL E AS INTERSECÇÕES DE RAÇA E GÊNERO: UM ESTUDO COM UM GRUPO DE MULHERES NEGRAS E NÃO NEGRAS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, OS HÁBITOS DE CONSUMO E A PERCEPÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL EM MACEIÓ/AL

Dissertação submetida à banca examinadora no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes/UNIT AL para obtenção de título de Mestra em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas, sob orientação da Profa. Dra. Jesana Batista Pereira e coorientação da Profa. Dra. Vivianny Kelly Galvão.

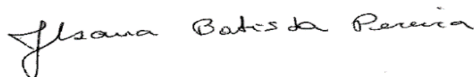
MACEIÓ/AL
NOVEMBRO DE 2022

A DESIGUALDADE RACIAL E AS INTERSECÇÕES DE RAÇA E GÊNERO: UM ESTUDO COM UM GRUPO DE MULHERES NEGRAS E NÃO NEGRAS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, OS HÁBITOS DE CONSUMO E A PERCEPÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL EM MACEIÓ/AL

RAÍSA ALVES DA SILVA ALMEIDA

DEFESA DE DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

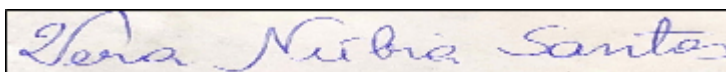
Banca avaliadora:



Dra. Jesana Batista Pereira
(Orientadora)



Prof(a). Dr(a). Vivianny Kelly Galvão
(Coorientadora)



Dra. Vera Núbria Santos
(Membro externo – UFS)



Dra. Lorena Madruga Monteiro
(Membro interno -UNIT/AL)

MACEIÓ/AL

NOVEMBRO DE 2022

A447d

Almeida, Raísa Alves da Silva

A desigualdade racial e as intersecções de raça e gênero: um estudo com um grupo de mulheres negras e não negras sobre as condições socioeconômicas, os hábitos de consumo e a percepção do racismo estrutural em Maceió/AL / Raísa Alves da Silva Almeida. – UNIT-AL: Maceió, 2022.

56 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação SOTEPP - Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas.

Orientadora: Dra. Jesana Batista Pereira.

Coorientadora: Dra. Vivianny Kelly Galvão.

Inclui Bibliografia.

1. Desigualdade racial. 2. Mulheres negras. 3. Racismo. 4. SOTEPP. I. Pereira, Jesana Batista. (orient.). II. Galvão, Vivianny Kelly. (Coorient.). III. Centro Universitário Tiradentes. IV. Título.

CDU: 364.144

RESUMO

Este trabalho objetivou verificar de que modo a vivência de um grupo de mulheres negras e não negras de Maceió com o racismo estrutural influencia na desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras e brancas e identificar quais fatores geram a desigualdade racial com ênfase em seu aspecto socioeconômico, analisando como esses fatores são responsáveis por engendrar a realidade de invisibilização social entre elas, identificando, ainda, que características históricas, socioculturais e estatísticas de Maceió influenciam na manutenção do racismo estrutural e do preconceito e discriminação raciais. Os dados mais recentes à época da análise, fornecidos pelo IPEA, IBGE e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil também foram comparados com os dados da pesquisa de campo que investigou mulheres na faixa etária de 20 a 59 anos de Maceió, residentes em dez bairros diferentes, dentre os quais estão entre os bairros com maiores e menores rendas familiares. Os dados coletados foram interpretados a partir da perspectiva teórica acerca do racismo estrutural e a partir da análise feita por Silvio Almeida (2018); dos estudos de Sueli Carneiro (1985) acerca dos efeitos da desigualdade racial brasileira com ênfase na mulher negra; do conceito de feminismo afro-latino-americano tecido por Lélia Gonzalez (1988); bem como da intersecção dos marcadores de diferença social, raça e gênero sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989). A revisão bibliográfica demonstra a influência do racismo estrutural na manutenção da desigualdade racial e a intersecção do sexismo e da opressão de classe no cotidiano da mulher negra. A dimensão socioeconômica da desigualdade racial, nesta pesquisa, foi aferida com os critérios de renda, condições de moradia, emprego, acesso à educação e acesso a bens de consumo e serviços, possibilitando a identificação dos fatores de prevalência da desigualdade racial e como esses fatores exercem influência na realidade de invisibilização de mulheres negras de Maceió.

Palavras-chave: desigualdade racial, mulheres negras, racismo.

ABSTRACT

This work aimed to verify how the experience of a group of black and non-black women from Maceió with structural racism influences racial inequality between self-declared black and white women and to identify which factors generate racial inequality with emphasis on its socioeconomic aspect, analyzing how these factors are responsible for engendering the reality of social invisibility among them, also identifying which historical, sociocultural and statistical characteristics of Maceió influence the maintenance of structural racism and racial prejudice and discrimination. The most recent data at the time of analysis, provided by IPEA, IBGE and *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, were also compared with data from field research that investigated women aged 20 to 59 years in Maceió, living in ten different neighborhoods, among which are among the neighborhoods with the highest and lowest family incomes. The collected data were interpreted from the theoretical perspective on structural racism and from the analysis made by Silvio Almeida (2018); studies by Sueli Carneiro (1985) about the effects of Brazilian racial inequality with an emphasis on black women; the concept of Afro-Latin American feminism created by Lélia Gonzalez (1988); as well as the intersection of markers of social difference, race and gender systematized by Kimberlé Crenshaw (1989). The bibliographic review demonstrates the influence of structural racism in maintaining racial inequality and the intersection of sexism and class oppression in the daily life of black women. The socioeconomic dimension of racial inequality, in this research, was measured using the criteria of income, housing conditions, employment, access to education and access to consumer goods and services, making it possible to identify the prevalence factors of racial inequality and how these factors exert influence on the reality of invisibilization of black women in Maceió.

Keywords: racial inequality, black women, racism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Mulheres autodeclaradas por raça/cor.....	32
Gráfico 2. Mulheres por bairro segundo raça/cor.....	33
Gráfico 3. Mulheres por nível de instrução segundo raça/cor.....	33
Gráfico 4. Renda das mulheres segundo raça/cor.....	34

LISTA DE SIGLAS

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBP – Índice Brasileiro de Privação

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEPPIR – Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	METODOLOGIA.....	13
2	A PROBLEMÁTICA RACIAL E A MULHER NEGRA: INTERSECCIONALIDADES ENTRE GÊNERO E RAÇA	16
3	DESIGUALDADE RACIAL ENTRE MULHERES NEGRAS E BRANCAS DE MACEIÓ	24
4	MULHER NEGRA DE MACEIÓ	30
4.1	O ACESSO À EDUCAÇÃO, A RENDA E AS CONDIÇÕES DE MORADIA	30
4.2	VIVÊNCIAS.....	35
4.3	NECESSIDADES DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS EM MULHERES NEGRAS DE MACEIÓ	37
5	CONCLUSÃO.....	38
6	REFERÊNCIAS	42
	ANEXO A	
	ANEXO B	
	ANEXO C	

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa foi a interseccionalidade de raça e gênero, fenômeno que incide sobre a vivência da mulher negra. Raça e gênero são marcadores sociais da diferença (ZAMBONI, 2014) e como tais sujeitam a experiência cotidiana de mulheres negras à vivência das desigualdades, sobretudo racial e de gênero. A intersecção, enquanto categoria de análise permite, portanto, observar como as opressões raciais e de gênero transpassam mulheres negras, fenômeno que pode ser percebido de modo mais latente por meio dos dados socioeconômicos que apontam a existência de um abismo entre mulheres negras e brancas.

A representatividade inexpressiva da mulher negra na política, na mídia, nos corpos docentes das universidades e nos cargos de chefia é outra confirmação dos efeitos da intersecção raça-gênero na vida das mulheres negras e que pode ser explicado pela desigualdade racial decorrente de um projeto¹ discriminatório maior: o racismo.

Em Maceió, capital do estado de Alagoas, assim como ocorre no restante do país, a desigualdade racial cria um abismo entre mulheres negras e brancas, que é ao mesmo tempo: geográfico, social, econômico e político. A desigualdade racial em Maceió é dimensionada pelos indicadores que revelam que as mulheres negras são maioria nos bairros que concentram os piores indicadores socioeconômicos (PAULA, 2019), ademais, estão mais sujeitas à violência do que as mulheres brancas (CERQUEIRA, 2021).

Os indicadores socioeconômicos de Maceió demonstram a existência da desigualdade racial, isto é, a desigualdade econômica, política e social, entre grupos que são considerados racialmente distintos, revelando, portanto, que o racismo estrutural é o grande projeto ideológico e prático que, desde o início do tráfico negreiro com destino ao Brasil (NASCIMENTO, 2016), reestrutura-se para criar a hierarquização social baseada na construção da existência de diferentes “raças” humanas. Logo, o racismo estrutura as relações sociais em Maceió, que se traduzem em relações desiguais, baseadas nas opressões de “raça”, gênero e classe social.

A dimensão socioeconômica da desigualdade racial é o cerne da análise da vivência das mulheres negras em Maceió devido à relação direta entre educação de qualidade, empregabilidade e renda e a melhoria das condições de vida. A desigualdade racial afeta vivência das mulheres negras em diferentes dimensões e aspectos (IPEA, 2011), como na dimensão social, sobretudo em relação às discriminações percebidas, na dimensão afetiva,

¹ O conceito de projeto racial foi proposto por Michael Omi e Howard Winant e para estes autores o racismo pode ser caracterizado enquanto projeto pois determina sentidos e usos da categoria raça, em diferentes períodos e a depender do modo de dominação que pretende exercer (MOREIRA, 2019, p. 30).

quando estas mulheres se percebem preteridas, na dimensão econômica, como demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Portanto, o enfrentamento da problemática racial, não pode ocorrer em apenas um âmbito, isto é, por não se tratar de um problema que seja apenas social, ou apenas econômico, faz-se necessária a intervenção de diferentes agentes públicos e privados, de modo interdisciplinar e abrangendo profissionais da educação, saúde, segurança e gestores públicos responsáveis por pautar estratégias que se adaptem à realidade das mulheres negras.

Atualmente, o enfrentamento das questões raciais no Brasil ocorre de acordo com o que disciplina a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), considerando dois aspectos básicos: repressão e promoção. Assim, pela via punitiva, o país criminaliza os atos resultantes do preconceito de raça ou cor, por meio da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989; e a injúria racial estabelecida do artigo 140, §3º do Código Penal.

Em relação a promoção da igualdade, o destaque recai sobre as políticas de cotas raciais para ingresso nas universidades federais e para investidura em cargos públicos. Além disso, políticas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, integram o bloco de ações que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, visam efetivar os mecanismos de combate à todas as formas de discriminação, preconceito racial e ao racismo.

Esta pesquisa visou relacionar a realidade da desigualdade racial ao racismo estrutural, apontando seus dispositivos de dominação, hierarquização e aviltamento, além de apontar a existência de múltiplas formas de opressão que são experienciadas pelas mulheres negras, marcadas pela violência de gênero e pela opressão de classe. Acima de tudo, visou contribuir com a atuação do gestor público no reconhecimento da vivência de mulheres negras e a validação de suas demandas enquanto problema urgente e não como mero inconveniente (público, social, do cotidiano).

A investigação da problemática de gênero se faz igualmente necessária, uma vez que, o gênero, enquanto construção social, reforça a discriminação, preconceito e a desigualdade racial que aflige mulheres negras no município de Maceió. A mulher negra vivencia a intersecção de desvantagens sociais, desde o período colonial/imperial, quando fora escravizada, exploração sexual e desumanização devido à “raça”.

Neste sentido a pesquisa tem caráter interdisciplinar, pois vários campos do conhecimento entram em dialogia, quais sejam a antropologia, sociologia, direito, economia e

ciência política, para ser possível uma compreensão da complexidade da problemática racial na sociedade brasileira.

A pesquisa teve como objetivo geral observar de que modo o racismo estrutural vivenciado pelas mulheres negras influencia na desigualdade racial entre brancas e negras, tendo como categoria de análise as interseccionalidades entre gênero e raça. Por seu turno, foram objetivos específicos identificar quais fatores causam a desigualdade racial e analisar como estes são responsáveis pela inferiorização social das mulheres negras e por fim, identificar as características históricas, socioculturais e estatísticas de Maceió que influenciam na manutenção do racismo estrutural e do preconceito e discriminação raciais.

Em Maceió, os dados estatísticos disponibilizados por pesquisas com recorte socioeconômico e de violência, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exercem uma dupla função, ou seja, permitem compreender como o binômio: racismo e sexismo, afeta diretamente as mulheres negras e, também, fornecem um direcionamento aos gestores públicos no que diz respeito à criação de políticas públicas voltadas estritamente às mulheres negras de Maceió que visem, além de diminuir a desigualdade racial, fornecer apoio econômico e cultural a essas mulheres.

O IDHM é um indicador de desenvolvimento que considera educação, renda e longevidade, divulgado na plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). O IDHM possui cinco faixas de variação. Muito baixo: de 0 a 0,499; baixo: de 0,500 a 0,599; médio: de 0,600 a 0,699; alto: 0,700 a 0,799; e muito alto: de 0,8 a 1. Maceió obteve IDHM de 0,683 em 2017, porém, quando desagregado por “raça”/cor, o IDHM da população negra reduz para 0,660 e da população branca aumenta para 0,720 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2021). Isto é, pessoas negras e brancas em Maceió integram faixas distintas do índice, revelando que a qualidade de vida das pessoas brancas em Maceió é melhor.

Os indicadores são importantes porque permitem comprovar a situação de desigualdade racial e sinalizar em que âmbitos deve se concentrar a atuação estatal na busca pela diminuição das desigualdades. Entretanto, a realidade do enfrentamento do racismo e da promoção da igualdade ocorrem quase que de modo simbólico, tendo como exceções a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, o Estatuto da Igualdade Racial de 2010 e a Lei de Cotas de 2012.

Neste sentido, estão os indicadores de violência que apresentam uma consequência da desigualdade racial e da falta de atuação estatal comprometida com a vida das mulheres negras

na capital alagoana. O Atlas da Violência de 2021 (CERQUEIRA, 2021), trouxe dados de homicídios de 2009 até 2019, apontou que do total de mulheres assassinadas no Brasil em 2019, 66% eram negras e uma mulher negra possui o risco 1,7 vezes maior de ser morta do que uma mulher não negra, conforme o cálculo de risco relativo, ou seja, que realiza a razão da taxa de homicídios de mulheres negras e a taxa de homicídios de mulheres não negras.

O dado mais alarmante trazido no Atlas da Violência 2021 é que todas as mulheres vítimas de homicídio em Alagoas, em 2019, que foram identificadas segundo o quesito “raça”/cor, eram negras e apenas uma vítima não foi identificada. Além disso, de 2009 para 2019 não houve redução no percentual de homicídios de mulheres negras e que o percentual de mulheres negras mortas de modo violento passou de 48,5% em 2009 para 65,8% superior à de não negras em 2019.

A realidade vivenciada pelas mulheres negras em Maceió é em grande parte decorrente da ausência de um debate que correlacione os dados estatísticos ao histórico da capital Alagoana, que permitiu a continuidade do modelo colonial em aspectos da vida social como em alguns setores da economia e em relações da vida privada como na manutenção das relações de trabalho doméstico, que concentra mulheres negras.

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi identificar quais características históricas, socioculturais e estatísticas de Maceió influenciaram a manutenção do racismo estrutural e do preconceito e discriminação raciais.

O banguê nas alagoas (1949), livro do sociólogo alagoano Manuel Diégues Junior explica o funcionamento dos engenhos e sua influência para a formação da sociedade alagoana. Sua obra é referência para a historiografia alagoana e sua produção intelectual contribuiu para a formação do modo de produzir conhecimento acerca do período colonial/imperial em relação aos engenhos e a formação social de Alagoas.

A relação que Maceió possui com o racismo e com a problemática de gênero remonta à colonização, uma vez que a história de Alagoas é marcada pelos engenhos de açúcar, pelo patriarcalismo e pela escravização dos negros africanos e seus descendentes e, apesar da relação estreita que possui com os engenhos e com o sistema escravocrata, o imaginário social dos alagoanos e, em especial, dos maceioenses parece ignorar a pessoa negra como “agente de história”, uma vez que os indicadores sociais do município apontam para uma total situação de marginalização principalmente das mulheres negras.

Maceió deveria ser referência nas discussões referentes aos prejuízos da escravidão para a população negra, justamente por ter vivenciado a escravidão em seu período colonial/imperial

e ser, inclusive, reconhecido em nível nacional como a terra de Zumbi dos Palmares. O estado alagoano e, em especial, a capital, Maceió, deveria ser referência nas discussões no que se refere aos prejuízos deletérios da escravidão, da economia açucareira e da marginalização da população negra.

Sem o intuito de acusar Diégues de negar a presença, as lutas e a resistência da população negra de Maceió, apenas se esclarece que sua obra é uma comprovação de que a história do povo negro em Maceió foi e ainda é contada por pesquisadores em conformidade com o mito da democracia racial descrito por Gilberto Freyre. Ocorre que os vieses das primeiras produções históricas e literárias do município, que influenciaram estudantes, políticos, aristocratas de seu tempo que consolidaram o pensamento social da atualidade não sofreram uma ruptura a fim de minimizar o *status* de invisibilização que as mulheres negras possuem hoje.

Parte da historiografia alagoana sobre o período imperial tem como enfoque a economia açucareira, apontando as particularidades geográficas da capital do estado de Alagoas que permitiram o desenvolvimento da produção de açúcar, a exemplo do solo de massapê e seus rios (DIÉGUES JÚNIOR, 1949). A análise das pessoas negras, enquanto sujeitos históricos é escassa e quando a figura do negro escravizado aparece nas narrativas é apenas para ilustrar o cenário dos engenhos de açúcar e explicar como a produção ocorria.

O negro escravizado é retratado como uma personagem coadjuvante que serve para compor o enredo da história alagoana, sem detalhamento de suas vivências, sendo uma personagem que figura em momentos pontuais e que parece desaparecer com o fim da escravidão, como se não houvesse necessidade de continuar a mencionar a figura das pessoas negras, uma vez que apenas serviam para explicar a economia e o modo de vida da branquitude.

O historiador Danilo Luiz Marques, na contramão de Diégues Júnior posiciona a mulher negra no centro de sua própria narrativa e esclarece que, embora no século XIX em Maceió, o dia a dia das escravas e das africanas livres tenha sido marcado pela servidão e ausência de oportunidades, essas mulheres desenvolviam seus arranjos de sobrevivência e buscavam os caminhos para a liberdade, estes serviços poderiam estar ligados à questão da subsistência, mas também era uma forma de constituir pecúlio para quem sonhava em conquistar a emancipação (MARQUES, 2013, p. 93-94).

Conclui-se, assim, que as relações raciais no município, atualmente, parecem guardar uma relação próxima e íntima com as relações raciais no período imperial, isto é, a população branca no topo e as mulheres negras na base da hierarquia social, ponto que será exposto no

quarto capítulo desta dissertação, que trata justamente do perfil da mulher negra em Maceió, incluindo as estatísticas e os fatores históricos.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia usada foi qualitativa valendo-se da pesquisa bibliográfica, da estatística descritiva e da coleta e análise de dados. A pesquisa bibliográfica desenvolvida permitiu a compreensão acerca do racismo, sexismo, machismo e opressão de classe social em perspectiva interseccional com gênero, que são estruturas de dominação que afetam, simultaneamente, a mulher negra. Posteriormente, partiu-se para a análise do perfil da mulher negra de Maceió, por meio da interpretação dos dados estatísticos relativos ao acesso à educação, níveis de escolaridade, acesso a empregos formais, condições de moradia e configuração da renda dessas mulheres.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIT-AL, iniciei a coleta de dados, realizada através de questionários aplicados com uma amostra de 20 mulheres na faixa etária de 20 a 35 anos, em Maceió. As participantes da pesquisa foram selecionadas a partir dos métodos de amostragem por conveniência, partindo-se dos conhecimentos da pesquisadora de mulheres nascidas e residentes em Maceió e que pudessem servir como comparativo aos dados socioeconômicos da capital alagoana, tendo sido analisados o acesso à educação, a qualidade da moradia, verificada através do local do domicílio da participante.

O gênero feminino foi utilizado como variável independente, e como variável dependente nominal, utilizou-se a desigualdade racial, uma vez que o objetivo geral visa comparar a realidade de mulheres negras e brancas com este fenômeno.

Pretende-se, no exame dos dados coletados, verificar entre as vinte mulheres participantes de cada bairro, quantas são autodeclaradas brancas e quantas são autodeclaradas negras; além de fragmentar a verificação com base nas variáveis de acesso à educação, rendimentos recebidos pelas participantes, em três divisões e demais informações obtidas por meio do questionário.

O instrumento para coleta de dados foi elaborado no formato de questionário contendo perguntas objetivas e subjetivas e separado em três grupos de perguntas: o primeiro grupo, com perguntas relativas às características familiares, de emprego e de moradia; o segundo, com perguntas de caráter socioeconômico, para conhecer as condições econômicas, com perguntas quanto à renda e ao acesso aos produtos e serviços que refletem seu poder aquisitivo e qualidade de vida e, por fim, o terceiro grupo, com perguntas referentes à percepção das mulheres em

relação à desigualdade racial e ao racismo estrutural, com o intuito de analisar a existência ou não da experiência das mulheres negras com o racismo. No que tange as mulheres brancas, foi essencial incluir respondentes que se autodeclarassem como brancas a fim de compreender sua percepção acerca do racismo.

Para aferir a dimensão socioeconômica da desigualdade racial foram utilizados os critérios de renda, condições de moradia, emprego, acesso à educação e acesso a bens de consumo e serviços. Os dados empíricos unidos à estatística descritiva permitiram descrever de que formas o racismo estrutural influencia no desenvolvimento da mulher negra de Maceió.

O racismo estrutural e a desigualdade racial foram investigados entre mulheres autodeclaradas brancas e autodeclaradas negras. A desigualdade racial foi examinada no âmbito socioeconômico em suas dimensões de rendimentos, acesso à educação em diferentes níveis e na qualidade de moradia, a partir da análise dos dados obtidos.

Após a tabulação dos dados obtidos, a investigação foi realizada tendo como referencial a literatura existente acerca do racismo estrutural, da desigualdade racial e da intersecção dos marcadores de diferença social, raça, gênero e classe, além do cotejamento com os dados mais recentes à época da análise, fornecidos pelo IPEA, IBGE e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, cujos dados mais recentes são de 2010.

Como critérios de verificação da desigualdade entre mulheres autodeclaradas brancas e negras foi realizada a desagregação dos dados por cor, de modo a verificar o percentual de mulheres autodeclaradas negras e o de mulheres brancas, possibilitando a identificação dos fatores de prevalência da desigualdade racial e como esses fatores exercem influência na realidade de opressão de raça e gênero de mulheres negras de Maceió.

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, na primeira, são estabelecidos os conceitos relacionados às problemáticas racial e de gênero, além da investigação da relação que os conceitos possuem com a desigualdade racial. A segunda parte apresenta os desdobramentos da desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras e brancas em Maceió, verificando fatores históricos e sociais e apontando a importância das políticas públicas focalizadas.

Por fim, afirma-se que ignorar as problemáticas que envolvem as mulheres negras equipara-se a deslegitimar sua aptidão em exercer determinadas funções, ou que mulheres negras não almejavam ocupar espaços na vida política, na mídia entre outros lugares. A situação de desigualdade racial e a conseqüente subalternização dessas mulheres é responsabilidade de

toda sociedade e, portanto, as demandas da população negra, sobretudo das mulheres são questões de interesse público na garantia de uma sociedade menos desigual.

2 A PROBLEMÁTICA RACIAL E A MULHER NEGRA: INTERSECCIONALIDADES ENTRE GÊNERO E RAÇA

A invisibilização vivenciada por mulheres negras no Brasil é decorrente da desigualdade racial, um problema de ordem pública que segrega meninas e mulheres pretas e pardas, impedindo-as de usufruir em plenitude da liberdade, da igualdade material e do bem-estar social (THEODORO *et al.*, 2008). Mulheres negras são sub representadas na política, na educação, na mídia e nas instituições públicas e privadas apesar de integrarem os dois maiores grupos populacionais, uma vez que, mulheres e negros são respectivamente 51,8% e 56,2% da população brasileira (IPEA, 2011).

Em Maceió, uma marca deste processo de opressão de raça e gênero que aflige as mulheres negras é a ausência destas mulheres como representantes do poder legislativo municipal no qual nenhuma mulher negra foi eleita vereadora nas eleições de 2020. O resultado da falta de participação de mulheres negras na elaboração de leis e na tomada de decisões é a perpetuação do projeto de dominação racial ora vigente. Em 2022, o estado de Alagoas não elegeu nenhuma mulher negra para o cargo de deputada estadual ou deputada federal. Salienta-se que a candidata Fátima Santiago, ex-vereadora de Maceió, foi eleita como suplente².

A hipótese de que a desigualdade no Brasil é apenas social demonstra a característica peculiar do “racismo à brasileira”, isto é, um esforço paradoxal em negar a existência do racismo como forma de perpetuá-lo (CARNEIRO, 2011). Neste sentido, a afirmação de que inexistente no Brasil uma desigualdade pautada na “raça” é, por si só, uma manifestação racista que por meio da invalidação da influência do racismo na vivência de mulheres negras, que funciona como uma tecnologia de poder³ do mencionado projeto de dominação racial (ALMEIDA, 2018).

E é aqui que se estabelece o ponto fundamental da análise da problemática racial: o racismo no Brasil é estrutural e estruturante das relações sociais. O jurista Silvio Almeida (2018) realizou uma análise da tese do racismo estrutural e explica que o racismo é responsável por moldar o funcionamento “normal” das instituições e diferentes estruturas da sociedade desde o período colonial/imperial. Assim sendo, a política, a mídia, as instituições públicas e privadas conservam em sua estrutura a ideologia baseada na hierarquização dos sujeitos baseada na “raça” a qual pertencem.

² TRE-AL. Disponível em: <<https://www.tre-al.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/eleicoes-2022>>. Acesso em 07 out. 2022.

³ Para Foucault o racismo é uma tecnologia de poder e que, portanto, servirá como controle sobre a vida e morte do grupo racial dominado (FOUCAULT, 2010 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 66).

A tese de que todo racismo é estrutural implica compreender que sua manifestação no cotidiano independe da vontade de um indivíduo em ser explicitamente racista. Conseqüentemente, é um equívoco caracterizar o racismo apenas como resultado de uma ação individual, dentro de uma sociedade que legitimou a hierarquização dos sujeitos com base nas “raças” humanas, como ocorreu no Brasil.

A discriminação racial e o preconceito, que podem ser praticados apenas por um indivíduo, são exemplos do racismo que se manifestam por meio de ações. Entretanto, conforme salienta Silvio Almeida, a “concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos” (ALMEIDA, 2018, p. 24) e, assim, esta redução do racismo apenas à prática individual induz à falsa ideia de que é possível isentar a coletividade da responsabilidade pela luta antirracista.

Neste sentido, a concepção estrutural do racismo esclarece que qualquer pessoa ao estar sujeita às relações cotidianas no Brasil, a menos que adote uma postura veementemente antirracista, será corresponsável por movimentar a estrutura racista a qual estão todos os brasileiros inseridos, independentemente da intenção em praticar atos racistas (idem, 2018).

E é justamente este o maior problema do denominado racismo à brasileira: buscar de todas as formas negar a existência do racismo para que ele possa subsistir, beneficiando aos grupos privilegiados, pois, “por mais que calar-se diante do racismo não faça o indivíduo juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (Ibidem, p. 32).

Até aqui é possível assimilar que racismo não se confunde com a discriminação racial e o preconceito de raça/cor, ele é uma ideologia e conjunto de práticas (GONZALEZ, 2020), que associadas originam as estruturas de dominação que afetam cotidianamente as mulheres negras em Maceió. O racismo enquanto ideologia, não somente afirma a existência de diferentes raças humanas do ponto de vista biológico como também as avalia e classifica qualitativamente, estabelecendo uma espécie de escala valorativa entre os seres humanos, na qual o grupo racialmente identificado como negro restou classificado como mais inferior.

O racismo justificou em um primeiro momento a escravização de sujeitos negros. Posteriormente, a ideologia da hierarquização racial provocou o surgimento dos ideais da miscigenação com fins de branqueamento da população nacional (MUNANGA, 2020). Por fim, e, atualmente, resulta na normalização da marginalização e do genocídio negro.

A classificação dos seres humanos em raças surge no século XVI com o objetivo de permitir a inferiorização de grupos humanos racialmente determinados (ALMEIDA, 2018). A invenção das “raças humanas” faz parte do projeto colonizador, pois o objetivo de expansão travado pelos europeus que precisavam “desbravar” o Novo Mundo necessitaria de mão de obra e lucro, bem como de uma justificativa para a escravização e o tráfico humano (MUNANGA, 2019).

Entre os séculos XV e XIX foram elaboradas diversas teorias responsáveis por naturalizar a escravização dos povos negros e pela colonização, apesar das características peculiares de cada teoria, todas assumiram a desumanização do negro como pressuposto, interpretaram-no como a degeneração do branco, um ser dotado de uma “mancha moral e física” cuja cor representara a “morte e a corrupção” (Idem, p. 26). Kabengele Munanga (2019) nos apresenta algumas das principais teorias surgidas desde o século XV até o século XIX, que, salienta-se, não deixaram de existir por completo, apenas ganharam nova interpretação, ainda sendo vigentes e assimiladas pelo pensamento social brasileiro.

O autor esclarece, ainda, que tais teorias fazem parte do “discurso pseudocientífico justificador” e que os fundamentos criados e utilizados pelos filósofos e cientistas no decorrer destes séculos tentaram explicar a suposta inferioridade dos negros por meio do clima tropical, do solo e da alimentação dos povos africanos (Ibidem). Para Munanga (2020b), enquanto Buffon apontava o clima como causa determinante para “mutações” que dariam origem a diferentes raças humanas, Voltaire concebia diferentes “etapas de desenvolvimento” que colocariam o negro como etapa anterior no desenvolvimento e surgimento do homem branco (Ibidem), o que ambos têm em comum é o fato de atribuírem ao homem branco europeu como o mais evoluído, adaptado e, conseqüentemente, como o referencial do qual distam as outras raças humanas.

O racismo científico consolida-se, portanto, no século XIX e, amparado na ecologia e na biologia da época, é responsável por instituir como dogma a inferioridade racial do negro atribuídas às suas características físicas e morais que seriam, sobretudo: “sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência” (Ibidem, p. 27).

A consequência deste conjunto projetou a maior falácia da história, referente à existência biológica das diferentes raças humanas cujos efeitos perduram até os dias atuais fazendo com que a desvalorização e a alienação do negro se estendam a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte etc. Seu

continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência.

A existência biológica de raças humanas foi uma pseudociência que, enquanto figurou como ciência, foi responsável por fomentar o racismo e seus efeitos mais drásticos conforme afirma Antonio Sérgio Alfredo Guimarães:

[...] essa idéia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário. Essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Uma vez elaborada uma teoria que afirma a existência diferentes raças humanas, foi possível determinar a redução, a alienação e o apagamento da condição humana dos indivíduos negros (MUNANGA, 2020b). A escravização de pessoas, por mais que tivesse objetivo econômico, em sua origem, demandava uma justificação moral para perpetuação, assim, o racismo foi, no passado, a autorização para o massacre de corpos negros. Logo, se no primeiro momento o racismo embasado na noção da existência de “raças” humanas permitiu a escravização e desumanização de pessoas negras, posteriormente buscou normalizar as situações de segregação e apagamento de pessoas negras.

O fim da escravização de pessoas não encerra o racismo, que, por ser dinâmico, assume outro *modus operandi* em seguida como teoria científica. Conforme descreve Antônio Sérgio Guimarães (2005), o racismo biológico no Brasil surge com a aproximação do fim da escravidão na tentativa de justificar a inferioridade “nata” de pessoas negras e, também, como forma de justificar a imigração de europeus para o Brasil. Para o autor, medicina e direito embasavam “cientificamente” a inferioridade dos negros que precisariam ser tutelados pelos ditos “mais desenvolvidos”.

As teorias ditas científicas que classificaram os negros como inferiores com base em fatores biológicos e que incentivaram a miscigenação forçada e no período pós-abolição, uma miscigenação induzida e elevada à medida solucionadora dos problemas de desenvolvimento da população nacional. No imaginário social contemporâneo às teorias racialistas, as características que aproximassem as pessoas da identidade racial da branquitude permitiriam que o Brasil avançasse enquanto pátria e minimizasse a existência do preconceito de classes

sociais⁴, o preconceito racial, portanto, não mais existiria caso a miscigenação conseguisse eliminar a parcela negra da população.

Um dos grandes efeitos das teorias pseudocientíficas como o “mito da democracia racial” foi a cristalização, no imaginário social brasileiro da afirmação da inexistência do preconceito racial, do racismo, uma vez que não existem “raças” humanas e a afirmação da existência de um problema de classes sociais.

Ressalvadas as peculiaridades do racismo, o gênero enquanto marcador social de diferença é, de modo similar, responsável por gerar a marginalização de mulheres negras, deste modo, para compreender o porquê de a realidade das mulheres negras ter se justificado e conformado de modo tão profundo e sólido na sociedade brasileira, alagoana e maceioense, evoca-se a noção da interseccionalidade, uma categoria de análise cunhada por Kimberlé Crenshaw (AKOTIRENE, 2019).

A interseccionalidade, como o nome sugere, aponta para a intersecção de fatores, que, neste caso, são opressões de raça, gênero e classe praticadas contra mulheres negras. O objetivo desta categoria é demonstrar a impossibilidade de justificar os prejuízos acumulados por mulheres negras a um fator isolado (CRENSHAW, 2006).

A interseccionalidade é uma categoria de análise fundamental para compreender a vivência de mulheres negras a nível nacional e no caso particular de Maceió, pois, nem as políticas de gênero isoladas, nem as políticas raciais sem recorte de gênero, são capazes de compreender e empreender ações concretas para corrigir/minimizar os prejuízos dessas vivências. Com base na concepção de interseccionalidade, quanto mais estruturas de dominação perpassam a vivência das mulheres negras, pior será sua realidade, isto é, os múltiplos fatores de dominação precisam ser considerados e a experiência de uma pode se tornar parâmetro para a atuação estatal nesta correção das falhas do sistema estruturado na dominação e exploração de mulheres negras.

O que os indicadores mostram e o campo vem confirmar é que existe uma realidade em que mulheres negras são invisibilizadas dentro da estrutura social, política e econômica e o objetivo da análise nunca foi simplesmente hierarquizar sofrimentos, tampouco afirmar que uma mulher “sofre” mais ou menos do que outra, muito pelo contrário, o objetivo é convocar a quem é de direito e quem pode realizar uma ação focalizada em políticas e ações que sejam de

⁴ Segundo afirmavam autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre não havia conflito racial que se discutir no Brasil (GUIMARÃES, 2004).

fato efetivas para mulheres que possuem realidades tantas, tantos sejam os diferentes sistemas de opressão.

O racismo e o sexismo são sistemas de opressão que fazem parte da estrutura social de tal modo a interferir no imaginário social do município, a particularidade histórica de Maceió, permitiu que a capital normalizasse um local na estrutura social para mulheres negras de completa marginalização social, agravados pela situação da classe/estrutura social a qual pertencia. Dito de outro modo, o local social de mulheres negras em Maceió, é majoritariamente o da pobreza, da falta de recursos básicos, de baixos níveis educacionais e condições de moradia inferiores quando comparadas às mulheres brancas, portanto, há uma demanda real, urgente e prioritária, para ser redundante em face a uma atual ausente atuação estatal referente às mulheres negras.

Somos sujeitos de direitos e nossas demandas são invisibilizadas. Nesse ponto é que a interseccionalidade vai servir, não para contar história, mas para direcionar a elaboração de políticas públicas, assim quando houver qualquer ação estatal com objetivo de melhoria da vida das populações marginalizadas precisa haver um esforço maior ou uma atuação diferenciada quando falamos das mulheres negras.

A intersecção de opressões é uma marca das vivências das mulheres negras. O racismo, a discriminação e o preconceito não são fenômenos da natureza e se puderem ser chamados de fenômenos sociais seria apenas porque se manifestam na sociedade, porém, uma denominação mais precisa seria enquanto “projetos de dominação” sociais. Afirma-se que são projetos pois a opressão necessita de um sujeito agente que, ao mesmo tempo, cerceia os direitos e garantias dos grupos minoritários e se beneficia dos prejuízos resultantes. Assim, faz-se necessário superar o obstáculo de negar a importância da branquitude para a exploração e expropriação dos corpos negros.

Segundo Kia Lilly Caldwell (2000), apesar de o movimento de mulheres começar a discutir as questões de gênero desde 1970, as ativistas negras sentiram-se excluídas das demandas do movimento de mulheres que não levava em consideração as problemáticas concernentes às mulheres negras como as “raízes coloniais das experiências raciais, de gênero e de subordinação econômica de mulheres negras” (CALDWELL, 1999, p. 92) e que, pelo contrário, tratavam as questões das mulheres com base em uma concepção universalista. A autora salienta que um dos motivos que influenciaram a organização de mulheres negras em grupos separados do movimento negro ou do movimento de mulheres foi justamente “o *status*

marginal das mulheres negras, em comparação ao *status* das mulheres brancas e dos homens negros” (Ibidem, p. 93).

O que teóricas como Grada Kilomba (2019) esclarecem é que, em sociedades onde o racismo é estrutural, como a brasileira, a mulher negra representa uma dupla antítese: da branquitude, concebida como identidade racial normativa (CARONE; BENTO, 2012) e da masculinidade, e deste modo precisa vivenciar obstáculos diários para se autoafirmar enquanto sujeito de direitos. As categorias raça e gênero representam na modernidade, a justificção para exploração e estratificação social (OYĔWÙMÍ, 2002) em um sistema que insiste na falácia da meritocracia para permanecer excluindo mulheres pretas e pardas da sociedade.

Destarte, o homem branco está como referencial e aquele que ocupa o posto mais alto da pirâmide social, e a mulher negra é este “outro, do outro”, afastando-se ainda mais do perfil idealizado e se por um lado existem mulheres negras que vivenciam diariamente a desigualdade. Em contrapartida, há um grupo racialmente beneficiado que é, inclusive, responsável pela elaboração e propagação de teorias racistas e sexistas com um propósito determinado e que tem o objetivo de manutenção de privilégios sociais para o grupo racialmente privilegiado, isto é, a população branca (branquitude).

Dentro da sistemática da estratificação social, para existir um grupo que concentra privilégios e que goza dos benefícios sociais, é necessário que haja uma base sólida e esta tem sido desde o início da colonização até os dias atuais a mulher negra que deixou de ser “ama de leite” para se tornar o contingente de babás da elite nacional. O posicionamento de mulheres negras na base da hierarquia social, não é mera consequência dos três séculos de escravização, mas sim resultado do conjunto de esforços empreendidos pela elite para corroborar a noção de que mulheres negras possuem um único lócus em nossa sociedade, qual seja de excluída política, social e econômica.

Para Bell Hooks (2020), “o feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista” (HOOKS, 2020, p. 24), por opressão sexista deve-se entender qualquer forma de dominação que negue ou limite direitos e liberdades às mulheres, sobretudo quando estes direitos possuem relação direta com o ser mulher, justamente porque o ser mulher tornou-se, graças aos ideais do sexismo, o pior *status* que um indivíduo pode apresentar, sem exageros. A cultura brasileira internalizou ainda a figura da mulher como um ser que não goza de direitos, de modo semelhante, mas frise-se dentro de suas particularidades, o racismo colocou a pessoa negra no mesmo local que o sexismo posicionou as mulheres. E é sempre importante salientar que ambos os sistemas de opressão têm em comum é sua finalidade e a quem servem.

É comum, para aqueles que não possuem familiaridade com os estudos de gênero e com a noção de estruturas de opressão, associar sexismo apenas à desigualdade no mercado de trabalho e à limitação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, porém, as demandas e o objetivo maior do feminismo estão relacionados ao direito de existir e existir em plenitude, pois, o sexismo é capaz de privar e punir as mulheres independentemente da idade que possuem e do sexo biológico, pois, como dito anteriormente, a figura do “ser mulher” foi colocada como verdadeiro estigma social.

Neste momento, saliento que, ainda que eu formulasse aqui um conceito para sexismo, na vida real, sua manifestação ocorre de modos tão variados quanto infinitos, o maior êxito que logrou o sexismo, foi justamente deslegitimar a mulher enquanto sujeito autônomo e capaz de tomar as próprias decisões, o que foi norma e dentro da legalidade durante muitos anos no Brasil. Mais uma vez aponta-se a familiaridade entre sexismo e racismo, com a distinção quase que exclusiva quanto a categoria de discriminação.

O feminismo busca a libertação das mulheres não apenas no aspecto sexual ou dos direitos reprodutivos, muito além disso, as demandas feministas englobam todos os aspectos da vida das mulheres a fim de proporcionar direitos básicos como educação, saúde e segurança e garantir que os mesmos direitos de escolha e oportunidades que são conferidos aos homens, o sejam as mulheres. Como bem esclarece Bell Hooks (2020), o feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista”, e a opressão sexista se fundamenta na redução da liberdade das mulheres como princípio fundamental e deste princípio decorrem as demais formas de opressão. Assim, enquanto não for nítido que a mais “simples” forma de limitação dos corpos e das mentes das mulheres acarretam as formas mais “complexas”, ainda permaneceremos com os índices alarmantes de violências contra mulher, sejam de ordem física, psicológica, econômica ou social.

3 DESIGUALDADE RACIAL ENTRE MULHERES NEGRAS E BRANCAS DE MACEIÓ

A desigualdade racial é uma problemática que atinge a população negra de modo geral e as mulheres negras de modo particular na medida em que as mulheres negras são atravessadas por mais de uma forma de opressão social, simultaneamente. Este fato é, conforme esclarecido no capítulo anterior, o “fenômeno” da interseccionalidade de opressões.

A desigualdade racial apresenta dimensões de análise, dentre as quais são analisadas nesta pesquisa a dimensão socioeconômica, isto é, o acesso à educação, a condições de emprego e de moradia, que, conforme explica Sueli Carneiro (2020), expressam consequências para a vida das mulheres negras, que as afastam dos direitos civis e políticos. Esta dimensão da desigualdade racial permite verificar como a realidade das mulheres negras é marcada pelos prejuízos da intersecção de opressões com ênfase no racismo.

O acesso à educação, a condições de moradia e o acesso a um emprego digno são fatores determinantes para que os indivíduos possam fruir na sociedade da dignidade e do bem-estar social, objetivo nacional trazido pela Constituição Federal e que pode ser alcançado pela via da atuação estatal, por meio de políticas públicas que visem corrigir e minimizar as disparidades entre mulheres negras e brancas. Neste sentido mulheres negras ativistas aprimoraram a concepção do “viver bem”, que representa um descontentamento com as estruturas de dominação.

Este conceito

expressa um conjunto de práticas/experiências e discursos [...]. Denuncia o modo como o capitalismo explora, exclui e sub-emprega a mão de obra da população negra, notadamente, das mulheres negras. Expõe a compreensão de que o racismo e o sexismo, atuando juntos, perpetuam a violência contra a mulher negra (FIGUEIREDO, 2019, p. 214).

Isto posto, a busca por melhores condições de vida há muito integra a agenda de mulheres negras ativistas e acadêmicas que identificam a dimensão socioeconômica da desigualdade racial como um fator de manutenção da desigualdade e ao mesmo tempo uma pauta para a agenda política do estado.

A desigualdade educacional é o primeiro aspecto a ser analisado dentro da dimensão socioeconômica, pois é elementar para o acesso futuro ao emprego e, conseqüentemente, à obtenção de renda. Sueli Carneiro (2020), em sua análise na década de 1980, apontava para os prejuízos da desigualdade no âmbito educacional experienciada por meninas e mulheres pretas e pardas. A autora analisou os censos demográficos do IBGE relativos aos anos de estudo dos grupos étnicos no estado de São Paulo e verificou que

os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever suas perspectivas no mercado de trabalho, bem como as condições materiais de existência a que se acha submetida (CARNEIRO, 2020, p. 22).

Em Maceió, os indicadores relativos à educação com recorte racial apontam para uma realidade próxima à de São Paulo na década de 1980, de acordo com o estudo de Carneiro, ou seja, as mulheres negras da capital alagoana ainda permanecem marginalizadas do ponto de vista educacional, o que reflete a curto e longo prazo na possibilidade de mobilidade social, como a percepção de empregos com melhores remunerações e que possibilitem o viver bem.

No estudo intitulado Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2017), o IPEA avaliou e comparou dados entre 1995 e 2015 e mostrou que, em 20 anos, a renda das mulheres negras aumentou, com um crescimento de 80%, enquanto o aumento da renda dos homens brancos foi de 11%. A mudança, ainda que significativa para as mulheres negras, manteve a configuração dos quatro grupos populacionais considerados pelo estudo e, assim, foi possível observar “a manutenção da mesma ordem – homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras – do maior para o menor rendimento ao longo de toda a série histórica” (IPEA, 2017, p. 3).

Em 1996, enquanto a média da renda decorrente da ocupação principal dos homens brancos era de R\$ 1.326,1, a de mulheres negras era de R\$ 357,9. Em 2007, a renda média dos homens brancos era de R\$1.278,3 e das mulheres negras R\$ 436,5. Em 2009, com base nos microdados da PNAD 2009, as mulheres negras recebiam 36,5% do rendimento médio mensal dos homens brancos com 16 anos de idade ou mais, o que permite inferir que em 13 anos não houve redução significativa da desigualdade de renda (IPEA, 2011). Associando a questão racial à de gênero, a mulher negra está na base da hierarquia social nacional (IPEA, 2017, p. 3).

Nota-se, desta forma, que a desigualdade racial explicitada nos indicadores sociais e percebida ainda na vivência das mulheres negras de Maceió é delimitada pelo acesso à educação, pelas condições de trabalho que influenciarão posteriormente na renda recebida e, inclusive, na localização geográfica dentro do município.

A desigualdade racial entre mulheres negras e brancas de Maceió possui origens históricas e políticas. A patente ausência de uma ruptura histórica permitiu a continuidade de tecnologias de poder capazes de gerar segregação social, desigualdade, preconceito e discriminação raciais e de gênero. Neste sentido, o racismo, a opressão de gênero e de classe social estão atrelados a estrutura social brasileira devido à conformação da sociedade desde o período colonial e imperial, até os dias atuais.

É preciso salientar neste ponto que, a colonização/colonialismo ocorreu e foram mantidos às custas da elaboração de ideologias acerca da superioridade e inferioridade natas, isto é, o colonialismo é um sistema de dominação que emprega diversas tecnologias de poder que são elaboradas com o único objetivo de exploração dos grupos dominados. São invenções sociais para a dominação, cujo resultado, que ainda observamos, é a desigualdade sistemática entre seres humanos, com base nos critérios pré-determinados pelo colonialismo/período colonial.

Os negros e indígenas foram considerados inferiores e grupos sociais carentes da civilização que seria arquitetada e “presentearia” tais grupos humanos que foram largados à própria sorte. Entretanto, além de a colonização servir como esta falsa oportunidade de evolução dos povos colonizados, ela foi um projeto arquitetado para enriquecer e servir de manobra econômica para aqueles países europeus que buscavam a expansão econômica. Assim, o objetivo e os reflexos da colonização, podem ser entendidos como processos concomitantes, na medida em que, ao mesmo tempo em que foi pensada para gerar enriquecimento por meio da exploração dos grupos sociais inferiores, ela criou a condição de inferiorização para explorá-los.

No Imperialismo, ou neocolonialismo, são mantidas as estruturas de dominação utilizadas pelo colonialismo, portanto, não há necessidade nesta pesquisa de explicar quem representava o poder em cada um destes períodos históricos, mas sim observar que o racismo, o patriarcado e a exploração da força de trabalho eram as mesmas e representam uma continuidade. O modelo/sistema econômico vigente para ambos é o capitalismo que afeta todos, o patriarcado e racismo existem para manter esse sistema vigente e por força do sistema são mantidos.

Estes dois sistemas marcados pelo racismo, patriarcado e capitalismo desencadearam na região que hoje denomina-se Maceió este processo de desigualdade que afeta majoritariamente mulheres negras. A historiografia do município permite compreender por que atualmente as mulheres negras são maioria nas ocupações informais e minoria dentre as mulheres que integram o mercado de trabalho, sobretudo para os cargos de liderança e que possuem os maiores salários.

O historiador Danilo Luiz Marques (2013) afirma que, no século XIX “eram constantes, na vida das mulheres negras em Maceió, a prestação dos serviços diários [...] sobretudo na região central da cidade, onde ficavam as residências da elite proveniente da economia açucareira da Província” (MARQUES, 2013, p. 90). Percebe-se, deste modo, que não houve

uma ruptura do sistema colonialista, pois a cultura do município ainda naturaliza que mulheres negras sejam a maioria nas periferias, no subemprego, as que apresentam piores índices de alfabetização e renda, além de serem as que mais experienciam as violências médica, doméstica, urbana e a discriminação, que por seu turno engloba o campo psicológico, social e físico.

Djamila Ribeiro (2018) fez uma análise minuciosa das manifestações do racismo contra a mulher negra. Para a autora “numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais se torna necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (RIBEIRO, 2018, p. 127).

Os indicadores relativos à violência pública são marcas explícitas dos danos decorrentes do racismo contra mulheres negras, ao passo que a desigualdade em seu aspecto socioeconômico pareceria uma dimensão menos danosa ao cotidiano e a existência das mulheres negras em Maceió. O que ocorre, entretanto, mais uma vez é a manifestação da intersecção de opressões, na qual as mulheres negras acumulam os maiores prejuízos econômicos, sendo as que apresentam os menores rendimentos, mesmo quando possuem mesmo nível de escolaridade. Além disso, o acesso insuficiente aos diferentes níveis de ensino de mulheres negras resulta em menores oportunidades de acesso.

A desigualdade racial em Maceió entre mulheres negras e brancas é evidente quando analisados os indicadores que refletem o acesso à educação, o poder de paridade de compra, as condições de trabalho e emprego, além da renda percebida e a fruição dos espaços públicos e neste último caso, visualizar a desigualdade é ainda mais evidente, pois, mulheres negras são maioria nas periferias e bairros que apresentam piores índices de infraestrutura urbana e que estão, desta forma, mais sujeitos à carência de oportunidades e à violência.

Assim sendo, a desigualdade racial determinante das relações sociais em Maceió, faz com que mulheres pretas e pardas sejam invisibilizadas na medida em que são segregadas nos espaços urbanos que ainda não são priorizados pelo estado, bem como porque ainda lhes falta o acesso em paridade de oportunidades ao ensino e ao emprego.

Somada aos indicadores está a ideia estereotipada de que atualmente mulheres negras não vivenciam as perdas do racismo pois estão sendo melhor representadas na mídia. Ocorre justamente o contrário. A representação espaçada da mulher negra, seja por meio de uma personagem da teledramaturgia, uma apresentadora de televisão ou uma cantora de destaque, não é suficiente para permitir a diminuição da desigualdade.

A ascensão social de pessoas negras de modo individual, apesar de ser motivo de regozijo, certamente não completa os objetivos e desejos destas mesmas mulheres, que possuem

consciência racial e compreendem a amplitude desta problemática no Brasil e certamente almejam uma mudança significativa para as mulheres negras em geral. Apesar de reconhecer que poucas são as mudanças sociais capazes de minimizar os efeitos da invisibilização das mulheres negras, este processo, ainda embrionário, ao menos possibilita que mais mulheres pretas e pardas tomem conhecimento de que o grupo que criou, no passado, os padrões de beleza (eurocêntricos) e o ideal da brancura enquanto modelo a ser seguido como lei, é o mesmo grupo que agora tenta criar um “nicho” de clientela de produtos e serviços voltados a população negra, sobretudo as mulheres.

A mentira da “representatividade” conferida à mulher negra, nada mais é do que estratégia comercial, que visa tão somente o lucro, e que afasta ainda mais a mulher negra dos locais de poder e decisão. A exclusão que ocorre até os dias atuais não afastou as mulheres negras simplesmente dos *outdoors*.

Vale ressaltar que o projeto racial vigente tem como objetivo esta manutenção de desigualdades, portanto, a correção a curto e longo prazo destas perdas é de responsabilidade do grupo racialmente privilegiado, isto é, a branquitude.

Para Djamila Ribeiro, está “evidente que não há interesse em nós (mulheres negras) representar tal qual somos. Parecemos um incômodo, e as poucas vozes negras de destaque são maquiadas, interrompidas ou roteirizadas a fim de amenizar nossa realidade ou *glamourizar* a favela” (RIBEIRO, 2018, p. 144-145, *grifo nosso*).

Não obstante haja interesse da branquitude em reforçar as estruturas que mantêm mulheres brancas em posição privilegiada de acesso aos direitos básicos e as mulheres negras como as que experienciam física e psicologicamente os efeitos do racismo, passa também a ser interesse do grupo racial dominante que pessoas negras consumam seus produtos e utilizem seus serviços sem que deixem de ocupar a base da hierarquia social e funcionem como mão de obra. A conclusão é que, levando-se apenas em consideração o interesse da branquitude, não haveria mudanças significativas e capazes de beneficiar mulheres negras conferindo-lhes possibilidade de mobilidade social.

Portanto, conforme esclarece Sueli Carneiro (2011), apenas por meio da ideologia antirracista seria possível começar a conceber políticas públicas que de fato transformem a realidade de mulheres negras a fim de efetivar a ideia de “viver bem”, corroborada pela Constituição Federal. Assim afirma a autora:

A urgência de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial do Brasil decorre de um imperativo ético e moral que reconhece a indivisibilidade humana e, por conseguinte, condena toda forma de discriminação. É também um imperativo de ordem econômica pelo que representa em termos de perda de ativos a

exclusão [...] da população do acesso ao consumo, ao desenvolvimento e para a capacidade competitiva do país; impactando politicamente também para a consolidação da democracia e a unificação deste país, apartado racialmente pela exclusão racial (CARNEIRO, 2011, p. 55).

O perfil do grupo de mulheres negras e não negras de Maceió, elaborado por meio dos dados coletados em campo, considerando o acesso à educação, renda e condições de moradia possibilitou a compreensão das demandas das mulheres negras do grupo pesquisado, informando aos gestores públicos atuais que a problemática racial compromete o avanço social pois não há como se falar em democracia social enquanto persistirem desigualdades raciais. Portanto, após assimilar as dimensões e aspectos da desigualdade racial em Maceió, passa-se a análise da mulher negra com base em suas vivências.

4 MULHER NEGRA DE MACEIÓ

O questionário para coleta de dados sobre mulheres negras nascidas e residentes em Maceió foi aplicado seguindo a estratégia bola de neve. Inicialmente foram selecionadas mulheres que preenchiam os requisitos, e em seguida foi solicitado que estas indicassem outras mulheres para responder ao questionário. O objetivo do questionário era conhecer de modo mais aproximado a realidade de mulheres autodeclaradas brancas e autodeclaradas negras, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE, da capital alagoana e identificar a relação entre suas vivências com a manutenção da desigualdade racial decorrente do racismo estrutural.

Apesar de ter delimitado oito bairros para a aplicação dos questionários, houve uma limitação geográfica por parte da pesquisadora por não possuir conhecimento de mulheres em todos os bairros. Além disso, a segunda forma de aplicação do questionário, que seria a via digital não foi suficiente para alcançar todos os bairros pretendidos. Ocorre que, mesmo com as limitações de aplicação dos questionários, o campo resultou em um conjunto de dados que permitem analisar a vivência de um grupo de mulheres negras e não negras da capital frente ao racismo, à sua realidade, e perceber como as dinâmicas do racismo afetam meninas e mulheres negras de Maceió.

Vinte mulheres responderam ao questionário que foi dividido em: Características familiares, de emprego e de moradia; Características socioeconômicas e a desigualdade racial e racismo estrutural e que possibilitaram verificar o racismo enquanto problema público e privado muito presente em Maceió.

O objetivo deste capítulo é, portanto, demonstrar a influência do racismo estrutural na manutenção da realidade de desigualdade racial e apresentar a interseccionalidade de mecanismos de opressão que afeta diretamente mulheres negras e que, enquanto categoria de análise deve nortear a atuação estatal, uma vez que as mulheres negras são maioria da população, mas, representam uma minoria social. Além do mais, uma análise focada nas mulheres negras da capital alagoana e em suas necessidades, servirá de insumo para os gestores públicos para a elaboração de políticas públicas e ações afirmativas focadas neste segmento da população.

4.1 O ACESSO À EDUCAÇÃO, A RENDA E AS CONDIÇÕES DE MORADIA

Elaborar um perfil sobre mulheres negras que agregue as características sociais e econômicas e, sobretudo, que experiências cotidianas com o racismo foi um trabalho que

precisou ultrapassar as barreiras da carência de dados estatísticos focados no município, focados nas mulheres negras e, principalmente, sobre o racismo.

A dimensão socioeconômica da desigualdade racial passa pela análise dos níveis de educação, pela renda percebida e pelas condições de trabalho. Entretanto, sabe-se que análises de indicadores sociais isoladamente não é suficiente para delimitar as características socioeconômicas. Desta forma, observou-se a necessidade de analisar a influência de dois outros fatores: as condições de moradia e a ocupação dos espaços públicos e privados por essas mulheres, sendo o primeiro um determinante de mobilidade social e que, ao mesmo tempo, demonstra os níveis de desigualdade, e o último, um indicador que revela a exclusão social vivida por mulheres autodeclaradas negras na capital alagoana.

Os dados estatísticos relativos aos bairros de Maceió quanto às condições de infraestrutura urbana analisados sob a métrica do Índice Brasileiro de Privação (IBP) elaborado pela FIOCRUZ e que classifica as unidades territoriais brasileiras em uma escala de bem-estar material do menor para o maior nível de privação, com base na renda, escolaridade e condições dos domicílios e utilizando como fonte os dados do IBGE do Censo de 2010. Assim, quanto menor o índice de privação, melhor é o bem-estar material da população residente por bairro indicado, escala que apresenta cinco níveis: muito baixo (Q1), baixo (Q2), médio (Q3), alto (Q4) e muito alto (Q5).

Os bairros com menores índices de privação são: Ponta Verde (Q1), Pajuçara (Q1), Pitanguinha (Q1), Jardim Petrópolis (Q1) e grande parte do bairro da Jatiúca, que também apresenta índices Q2, Q3 e Q4. Em contrapartida os bairros com maiores índices de privação são Guaxuma (Q5), Garça Torta (Q5), Benedito Bentes (Q5), Cidade Universitária (Q5), Santos Dumont (Q5), Clima Bom (Q4 e Q5), Santa Lúcia (Q4), Riacho Doce (Q4).

Quando analisamos a ocupação desses bairros por populações negras ou não negras, verificamos que “os bairros ocupados majoritariamente pela população negra são os mesmos bairros onde há menor investimento em infraestrutura” (ALMEIDA, 2019, p. 62). Além disso, a autora esclarece nos bairros do Benedito Bentes, Santa Lúcia, Jacintinho, Riacho Doce e Clima Bom, há “maior quantidade de mulheres responsáveis pelo domicílio” (Idem, p. 63). Verifica-se, assim, que os bairros com maior concentração de negras chefes de família são justamente aqueles listados entre os que apresentam maior índice de privação.

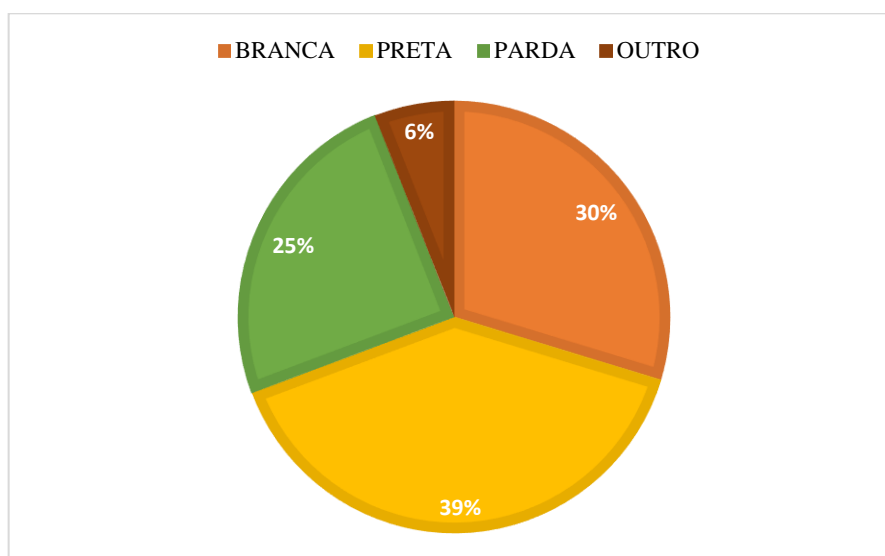
Partindo para a análise da renda da população dos bairros de Maceió os que apresentam maior renda familiar de acordo com dados do Plano Municipal de Assistência Social 2014-

2017⁵, destacam-se os bairros: Jardim Petrópolis, Ponta Verde, Pajuçara, Jatiúca e Gruta de Lourdes. E com menor renda familiar: Benedito Bentes, Jacintinho, Tabuleiro dos Martins e Vergel do Lago.

Verifica-se que “a população não-negra ocupa os mesmos bairros onde há as maiores concentrações de renda, o que confirma uma racialização da malha urbana que se dá também, impreterivelmente, pela renda” (ALMEIDA, 2019, p. 62).

Percebe-se, portanto que as mulheres negras do município de Maceió, em relação às condições de moradia e de renda, apresentam os piores indicadores, revelando, assim, os efeitos da desigualdade racial operante na capital alagoana.

Gráfico 1. Mulheres autodeclaradas por raça/cor.



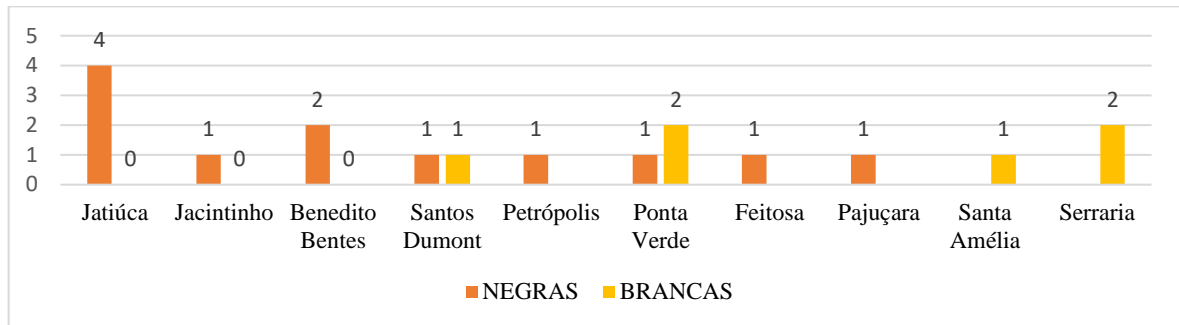
Fonte: Elaboração própria (2023).

A pesquisa de campo revelou que, das vinte mulheres que responderam ao questionário, treze se autodeclararam negras; seis se autodeclararam brancas e uma não se identificou racialmente.

As mulheres autodeclaradas negras pesquisadas, como pode ser visto no gráfico abaixo, são residentes dos bairros da Jatiúca (4), Jacintinho (1), Benedito Bentes (2), Santos Dumont (1), Petrópolis (1), Ponta Verde (1), Feitosa (1), Pajuçara (1) e uma, não identificou o bairro. Já as mulheres autodeclaradas brancas informaram Ponta Verde (2), Serraria (2), Santa Amélia (1) e Santos Dumont (1).

⁵ Apresenta os dados da Enciclopédia dos Municípios Alagoanos – OAM 2010 e 2012.

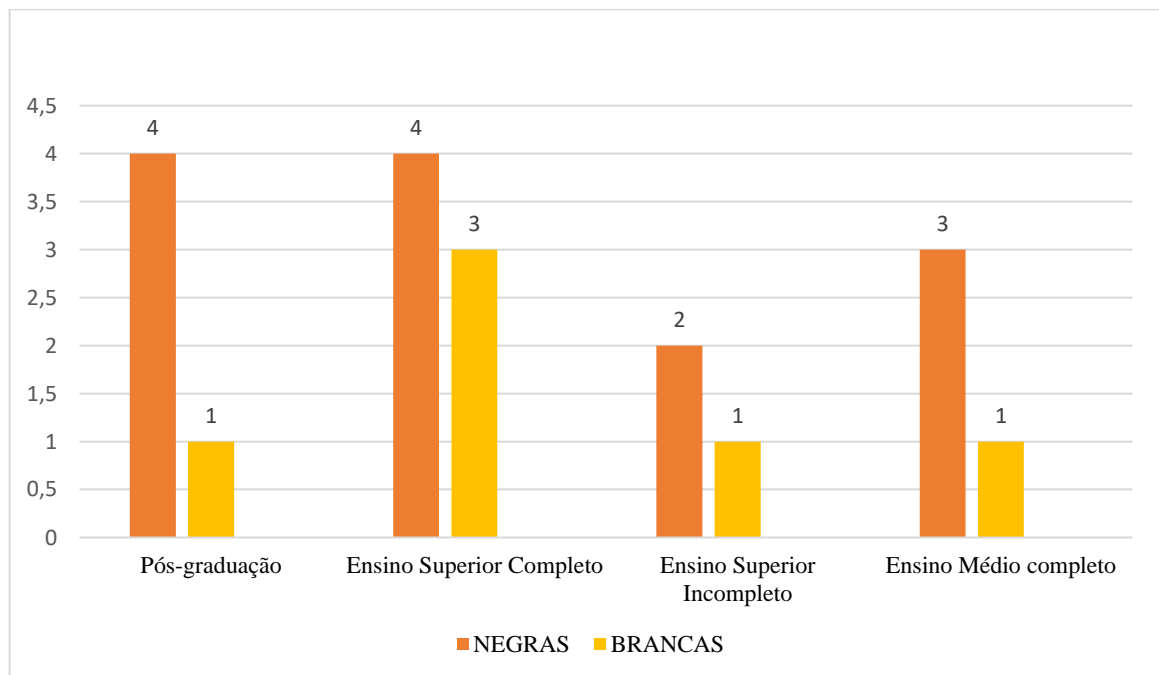
Gráfico 2. Mulheres por bairro segundo raça/cor.



Fonte: Elaboração própria (2023).

O nível de instrução foi outra dimensão da desigualdade racial analisada na pesquisa, uma vez que a educação é considerada um mecanismo que possibilita a mobilidade social. Conforme os dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, a desigualdade racial na educação em Maceió aparece em todos os níveis, com destaque para dois deles, que revelam que, entre aqueles que não possuem instrução ou possuem Ensino Fundamental incompleto, 69,8% são negros e 28% são brancos; e entre os que possuem ensino superior completo, 56,6% são brancos e 42,46% são negros. Estes dados (IBGE, 2010) demonstram que a população negra de Maceió acumula os piores indicadores relativos à educação, fato que possui relação direta com a renda percebida, condições de moradia anteriormente mencionada, e com o bem-estar social.

Gráfico 3. Mulheres por nível de instrução segundo raça/cor.



Fonte: Elaboração própria (2023).

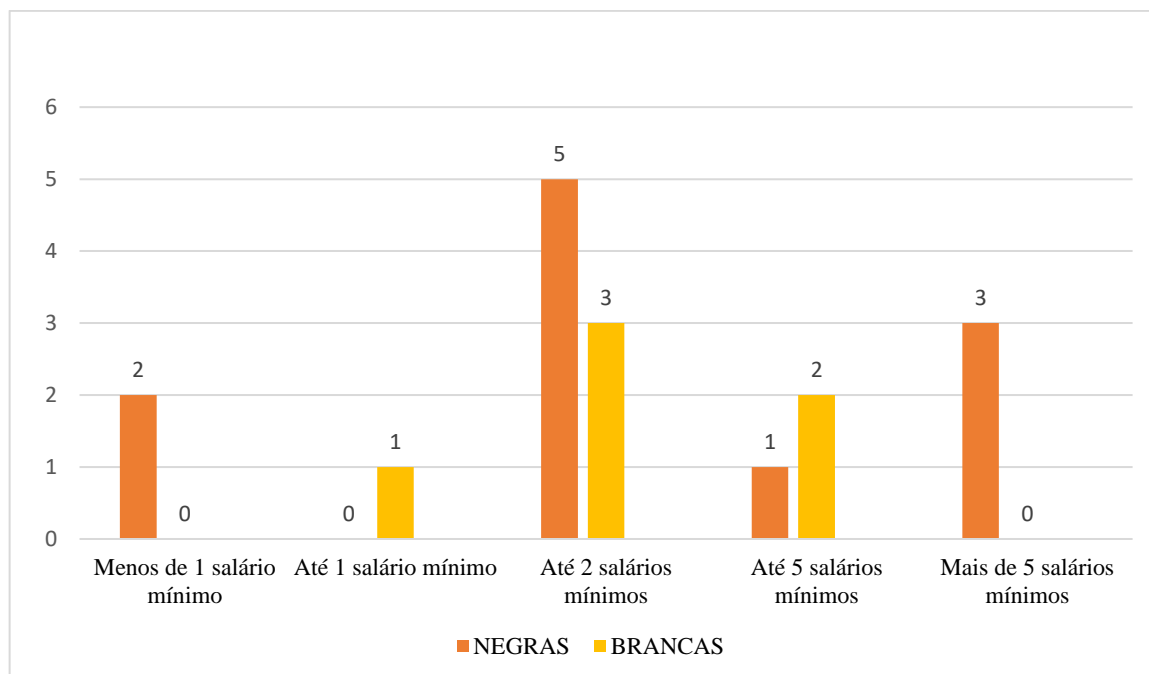
Em relação ao nível de instrução e a ocupação das pesquisadas autodeclaradas negras, quatro possuem pós-graduação, quatro possuem ensino superior completo, duas possuem

ensino superior incompleto, e três, o ensino médio completo. Das mulheres autodeclaradas brancas, uma possui pós-graduação, três possuem ensino superior completo, uma possui ensino superior incompleto e uma, ensino médio completo.

É sabido que a análise da renda, de forma isolada não permite verificar a desigualdade racial, mas pode ser considerada enquanto fator para compor as dimensões da desigualdade e apontar para o caráter racial da desigualdade em Maceió. Segundo os dados da PNAD Contínua 2017, a Renda *per capita* da população branca era R\$ 945,57 e da população negra, R\$ 516,86, revelando um abismo existente entre os dois grupos. No que concerne ao percentual de indivíduos vulneráveis à pobreza, 35,33% eram negros e 20,63% eram brancos.

No que tange as respondentes da pesquisa, das mulheres autodeclaradas brancas, uma informou que recebe até 1 salário-mínimo, três recebem até 2 salários-mínimos e duas recebem até 5 salários-mínimos. Entre as que se autodeclararam negras, duas recebem menos de 1 salário-mínimo, cinco recebem até 2 salários-mínimos, uma recebe até 5 salários-mínimos e quatro recebem mais de 5 salários-mínimos. Em 30% dos casos, o responsável pela principal fonte de renda do domicílio eram homens e em 55% dos casos a responsável era uma mulher.

Gráfico 4. Renda das mulheres segundo raça/cor.



Fonte: Elaboração própria (2023).

As estatísticas socioeconômicas de Maceió relativas à educação, às condições de moradia e a renda indicam a posição de desvantagem das mulheres negras quando comparada à população branca, sendo este fato trazido nos indicadores e dados de censos e pesquisas há

décadas, mas que, entretanto, têm sido utilizadas apenas a título de informação, sem que medidas tenham sido adotadas pelo poder público na tentativa de sanar os problemas, em nenhuma das dimensões da desigualdade apresentadas.

Ocorre aqui um fenômeno de “seletividade” quando se considera algo como direito básico ou como supérfluo, quando falamos de indivíduos negros, em especial, mulheres negras. É sabido que a perspectiva do que pode ser considerado como não essencial, é particular, no imaginário social de Maceió. Ocorre a naturalização da ausência de direitos básicos conferidos pelo poder público para as pessoas negras, revelada pelos indicadores socioeconômicos e pela ausência de políticas públicas com recorte racial e, desta forma, tudo o que ultrapassa os direitos básicos é considerado como algo supérfluo, uma vez que se reforça a ideia de que mulheres negras devem contentar-se em possuir emprego, moradia e uma fonte de renda, apenas.

4.2 VIVÊNCIAS

Quando perguntadas sobre o que acreditam ser o racismo: 58,8% das respostas apontam o racismo como sinônimo de preconceito e/ou discriminação baseados na “cor”, “raça”, “etnia”; 29,4% das respostas identificam o racismo como tratamento diferenciado ou tratamento que diminui/inferioriza, das quais 50% responderam de forma explícita que tal tratamento tem relação com a “raça”/cor do indivíduo; uma resposta trouxe uma definição de racismo semelhante a definição trazida pela lei nº 7.716 de 1989⁶ e uma resposta trouxe uma definição para racismo relacionando-o enquanto estrutura que oprime pessoas pretas.

O “sutil”, ou “indireto” foi assimilado de acordo com o imaginário de marginalidade, risco e segurança que o fenótipo criado provoca na sociedade, “tem a índole duvidosa, ou oferece risco à segurança da comunidade” ou “julgar como padrão um comportamento em razão da raça”, ainda dentro da concepção de forma “sutil” do racismo pelas respondentes estão os “olhares”, as “perguntas inofensivas”, “expressões pejorativas”.

Para outras respondentes o racismo “explícito” ou “direto”, pode ser praticado por meio de agressões verbais e físicas que também se apresentaram nas respostas como “gestos”, “atitudes” e “falas”, bem como “através de violência verbal ou física, psicológica, assédio”.

Com apenas uma ocorrência apareceu: o racismo institucional que foi apontado com a “invisibilização de pessoas negras em espaços comuns como cargos políticos e de lideranças”; e a “desigualdade em qualidade de vida, salário, educação, moradia, oportunidades de ascensão”.

⁶ Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Por fim, o racismo estrutural, apareceu de forma explícita em duas respostas. Em uma delas foi apontado como forma “comum” de praticar o racismo, e na outra como a “invisibilização de pessoas negras [...] e a violência explícita”.

Quando perguntadas sobre o que significa preconceito e discriminação racial houve a repetição do imaginário associado ao julgamento dos indivíduos com base nas características fenotípicas. O preconceito foi caracterizado principalmente como “julgamento” baseado na “cor” ou “raça” e a discriminação foi caracterizada pelas respondentes como ação, manifestada por meio de atos concretos como: “exclusão, violência”, “ação ou omissão”, “desrespeito”, “falas” e “tratar mal por conta da cor da pele”.

Quando perguntadas sobre as formas de se praticar preconceito e discriminação racial, a exclusão apareceu de forma mais recorrente, apontada como exclusão de “espaços comuns, cargos de liderança, mercado de trabalho, publicidade positiva”, de “de vagas de emprego”. As ofensas físicas e verbais, além da abordagem policial, também apareceram como formas de se praticar o preconceito e a discriminação racial.

Apesar de a pergunta versar sobre as práticas, o local onde ocorreriam as práticas de preconceito e discriminação racial apareceram em algumas das respostas, a saber: “nas escolas, transporte público”, “nas relações de trabalho” e no ambiente virtual.

Percebe-se, assim, a reincidência desse imaginário. A partir daí, tem-se a ordem psicológica e individual que o Silvio Almeida (2018) fala. Então, no imaginário das respondentes há uma recorrência quanto ao racismo na prática, isto é, o racismo como preconceito e discriminação e não enquanto estrutura.

Quando perguntadas sobre quem acreditavam que mais vivenciava o cotidiano do racismo, 35% responderam que quem mais vivencia o racismo são as pessoas pretas, pobres e da periferia, interseccionando os marcadores de classe social e raça. 29% responderam que quem mais vivencia o racismo são mulheres. 23% responderam que quem mais vivência são as pessoas pretas sem a intersecção da classe.

De modo geral, homens e mulheres negros da periferia foram apontados como os que mais vivenciam o racismo, seguidos das mulheres, e das pessoas pretas em geral, sem o recorte da classe social. Uma pessoa respondeu “Homem jovem negro morador de regiões periféricas” e outra respondeu “os gays”.

Quando perguntadas sobre quem mais vivenciava a discriminação e preconceito racial em Maceió, as pessoas pretas apareceram em 41% das respostas, seguidas das “mulheres” 23% e “pessoas pobres” 17%.

4.3 NECESSIDADES DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS EM MULHERES NEGRAS DE MACEIÓ

Quando perguntadas sobre as medidas que poderiam ser tomadas para a diminuição do preconceito e da discriminação racial, as respostas oscilaram em duas medidas mais recorrentes, uma delas é a educação no seu sentido de conscientização, principalmente como temas nas escolas e universidades, como também a educação por meio de palestras no âmbito privado sobre a equidade racial e, também, dos servidores públicos.

Educação como processo de socialização dos indivíduos no âmbito familiar, em que os valores como igualdade e respeito sejam estimulados. Assim, afirma-se que as respondentes apontam para a necessidade de abordar a problemática racial, rompendo o silêncio imposto pela branquitude que nega a existência do racismo, a fim de dar lugar a uma postura de enfrentamento do problema.

A outra medida asseverada pelas respondentes como adequadas para diminuição das práticas de racismo seria a punição, sem necessariamente afirmar qual seria a punição especificamente a ser adotada. Ademais, devido à pouca ocorrência da via punitiva como uma forma de possível solução, eu infiro que inexistente o reconhecimento direto do racismo, do preconceito e da discriminação raciais enquanto crime passível de punição, existindo assim um consenso “pacto”.

Este fenômeno social associado ao reconhecimento do racismo, do preconceito e da discriminação racial enquanto condutas delituosas, tem um duplo aspecto, primeiro de que pessoas negras não gozam da respeitabilidade social (MOREIRA, 2019) e, portanto, mesmo que sejam vítimas do racismo, precisam aceitar e, no máximo, esperar que a situação não volte a ocorrer pela educação e que a falta da identificação da punição advém da descrença da efetividade que as medidas punitivas podem resultar. Ademais, inconscientemente, as pessoas podem assimilar que não deve ser punido pois praticam. Práticas racistas ocorrem por preconceito e por interesse em manutenção do local de privilégio.

5 CONCLUSÃO

A partir do objetivo geral, que foi verificar de que modo a vivência de mulheres negras de Maceió com o racismo estrutural influencia na desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras e brancas, considerando o grupo de mulheres pesquisadas, sob a ótica da interseccionalidade entre raça e gênero, o percurso da pesquisa teve como primeira abordagem a discussão da problemática racial e a mulher negra.

A interseccionalidade entre as opressões de raça e de gênero permitiu a constatação de que a mulher negra no Brasil figura como dupla antítese do padrão heteronormativo estabelecido, não somente no imaginário social, como também na ordem social vigente. Assim, mulheres negras vivenciam de modo simultâneo, as diferentes formas de opressão que afetam de modo isolado homens brancos, mulheres brancas e homens negros, sendo o racismo estrutural a forma de opressão preponderante para a conformação desta realidade.

Neste sentido ficou evidente que o racismo é uma estrutura que vem moldando a configuração da pirâmide social do Brasil, posicionando as mulheres negras na base e conseqüentemente vivenciando os prejuízos decorrentes da intersecção das múltiplas formas de opressão na sociedade. Assim, em nível nacional, o racismo é o pano de fundo de todas as relações e âmbitos da vida em sociedade, estando presente no imaginário social brasileiro desde o período colonial/imperial e que tem a branquitude como principal agente de manutenção da estrutura, sem que tenham sido elaboradas ações afirmativas ou políticas suficientes para diminuir a desigualdade racial ora vigente. Constata-se, ainda, que o racismo estrutural é uma ordem ainda vigente pois seus atores, aqueles que mantêm a estrutura funcionando são os que se beneficiam da hierarquização social.

No caso particular de Maceió, e em específico, em relação ao grupo de mulheres entrevistadas para esta pesquisa, o racismo estrutural faz com que as mulheres negras experienciem um cotidiano de preconceito e discriminação raciais independentemente da escolaridade, da renda percebida e do local que residam, sendo, portanto, um fator preponderante de prejuízos na vida dessas mulheres.

A intersecção raça gênero permite compreender por que a desigualdade racial prejudica e cria obstáculos praticamente intransponíveis na vida de mulheres negras. A raça traz uma série de conseqüências associadas à marginalização, discriminação e preconceito, assim como o gênero influencia na discriminação e nas desvantagens, ambos, somados e atuando concomitantemente desencadeiam a desigualdade racial.

Ademais, a interseccionalidade de formas de opressão mostrou-se como um fator de risco para a vida das mulheres negras, que, não apenas vivenciam as dinâmicas do racismo na capital alagoana, como também são atravessadas pelas problemáticas de gênero/raça, que, quando cumuladas, resultam no posicionamento da mulher negra na base da hierarquia social no município.

Percebe-se no município a manutenção da desigualdade racial em decorrência principalmente do imaginário social atual que começou a ser moldado ainda no período colonial e que pouco foi alterado. A branquitude enquanto identidade racial dominante se manteve inicialmente por meio da subjugação à escravização da população negra africana, tida como “raça” inferior e, posteriormente, pelos ideais de branqueamento surgidos no século XIX, que, graças ao mito da democracia racial, permitem a manutenção do racismo à brasileira e assim, em Maceió, o racismo estrutural se propaga na medida em que é refutado pelas autoridades cotidianamente, algo percebido pelos indicadores do Município que, mesmo evidenciando há décadas a problemática racial, não foram alvo de quaisquer ações governamentais de modo específico.

A desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras e autodeclaradas brancas em Maceió ficou evidenciada pelos indicadores socioeconômicos do município referentes ao nível de instrução, a renda e condições de moradia das mulheres negras. As mulheres negras são minoria no ensino superior, e maioria nos índices de analfabetismo; as mulheres negras são maioria nos bairros que apresentam maiores níveis de privação e possuem rendimentos inferiores aos homens negros, mulheres brancas e homens brancos, estando, assim, na base da hierarquia social nacional e em Maceió.

A pesquisa de campo entrevistou 20 mulheres, das quais 13 se autodeclararam negras, 6 se autodeclararam brancas e apenas uma não se identificou. Das mulheres autodeclaradas negras não apresentaram os piores indicadores quando comparadas às mulheres brancas. A renda foi maior quando houve a superação da barreira da região geográfica ser mais ou menos privada e do nível de escolaridade.

Em Maceió, as mulheres negras não gozam da respeitabilidade social, não usufruem dos direitos básicos, não podem valer-se do bem-viver. Suas expectativas não são levadas em consideração no plano orçamentário do município e suas demandas não são ouvidas em quaisquer âmbitos. Excetuando-se os próprios negros, de forma organizada institucionalmente ou não, não há outros interessados na causa da população negra em geral e da mulher negra em particular.

Uma luta quase que silenciosa, marcada por múltiplos obstáculos e falta de perspectivas de resolução por parte dos gestores públicos. Fato este que se deve, sobretudo, ao mito da democracia racial, que, no caso particular de Maceió, passou a considerar o racismo como um fator preponderante e ao pacto narcísico da branquitude maceioense, que escolheu, de forma deliberada, compactuar com a manutenção das desigualdades, pois, enquanto todo racismo é estrutural e é formador das relações e da hierarquia social toda atuação precisa ser antirracista e pautada no debate sobre a problemática racial.

Observou-se ao longo da pesquisa e análise dos dados estatísticos do município que, embora os dados não possuam um recorte específico de raça/cor e gênero, ainda é possível aferir os prejuízos que recaem sobre mulheres negras em Maceió. Assim, o que o município carece são ações afirmativas e políticas públicas de discriminação positiva afim de incluir o marcador da raça e gênero nas ações voltadas à população negra feminina na capital.

Em relação aos estereótipos que são decorrentes de anos de assimilação das teorias racialistas em todo o Brasil, mas que afetaram de modo mais acentuado o Nordeste, uma vez que, o atraso no “avanço” econômico da região foi atribuído ao fato de na região haver uma maior concentração de pessoas negras em decorrência da cultura canavieira, o que resultou no incentivo da “mestiçagem” como mecanismo para eliminar/diminuir o percentual de negros na população que estruturaram o imaginário do município que guarda familiaridade com o sistema colonialista, algo que é facilmente percebido em um passeio de domingo pela famosa “Rua Fechada⁷”, onde é possível observar as babás negras e a quase que completa ausência de pessoas negras nos restaurantes, salões de beleza, espaços de lazer, a não ser quando em posições de serviço.

A elite da capital cuidou bem de posicionar a figura das pessoas negras em uma posição de completa subalternidade e garantindo a mobilidade social, isto é, educação, trabalho e renda. Esta elite sequer reconhece a existência de pessoas negras, afirmando e reafirmando constantemente a "morenice" daqueles que se autodeclararam negros que, praticamente invisíveis em seus cotidianos, pois a posição que geralmente ocupam não é segura o suficiente para que haja necessidade de aperceber-lhes, e quando necessitam de fato lidar com pessoas negras, fora da posição de subalternidade, surgem as piadas racistas, as ofensas transfiguradas de elogios com o objetivo certo do humor racista: minar completamente a respeitabilidade social e a percepção que as pessoas negras tem de si próprias.

⁷ A “Rua Fechada” em Maceió se refere ao trecho da Avenida Sílvio Viana que é interditado aos domingos destinado ao lazer, prática de esportes e eventos culturais. A “rua fechada” é tradicionalmente frequentada pelas elites do município residentes do bairro da Pajuçara, onde situa-se o trecho e de bairros circunvizinhos.

De modo não muito distinto do que ocorre no restante do país, mulheres negras acumulam os prejuízos do racismo, das opressões de gênero e de classe em um ciclo no qual o racismo cria o bojo da realidade de inferiorização social, a opressão de gênero as coloca como vítimas principais do feminicídio para que o golpe final da opressão de classe torne-se praticamente intransponível, pois, vivendo nas piores condições de moradia, com o baixo acesso à educação e com a desvalorização de sua mão-de-obra, sua realidade é marcada, restando ao pequeno grupo de irmãs vencer uma batalha por vez e minimizar um prejuízo por vez.

O que nós, mulheres negras, queremos e precisamos é de diálogo fora dos grupos reservados, dos meses determinados e da naturalização da exploração dos nossos corpos e mentes, senão de bom grado, por imposição da discriminação positiva e da inserção de mulheres negras em diferentes níveis da tomada de decisão e da obrigatoriedade de inclusão de orçamento destinado especificamente para tanto.

Por fim, a educação e o emprego proporcionam mobilidade social as mulheres negras, mas não impedem que estas vivenciem os fenômenos da discriminação racial e de gênero. Ademais, em decorrência da intersecção das duas formas de opressão na sociedade apenas um grupo pequeno e não representativo da sociedade maceioense conseguiu transpor as barreiras impostas pelas opressões, algo que os dados socioeconômicos do município demonstraram e que o grupo de mulheres representou.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, **PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro**, 2021. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em 02 abr. 2023.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. 14a ed. Rio de Janeiro: Rosa Tempos, 2020.
- CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: Raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 1999.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241–99.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949.
- FIGUEIREDO, A. A. Marcha das mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: decolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: Bernandino-Costa, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2a. ed. rev. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa** [online], v. 29, n. 1, pp. 93-107, 2003.
- IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez.

- IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4a ed. Brasília: Ipea, 2011.
- IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Brasília: Ipea, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARQUES, Danilo Luiz. Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-1888). **Sankofa (São Paulo)**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 71-95, ago. 2013.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5a ed. rev. amp. 2 reimp. (Coleção Cultura Negra e Identidades). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020b.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5a. ed. ver. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies**, v. 2, n. 1, 2002.
- PAULA, M. **Análise Interseccional da Vida Urbana: Reflexões acerca da condição das Mulheres Negras na cidade de Maceió-AL**. 2019. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.
- ZAMBONI, M. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento**, v. 1, p. 14-18, ago. 2014.

ANEXO A
QUESTIONÁRIO nº _____

Cara participante:

O questionário tem como objetivo identificar de que formas as mulheres negras nascidas e residentes em Maceió vivenciam o racismo estrutural; identificar como esta experiência influencia na desigualdade racial entre mulheres negras e brancas; e os possíveis fatores que influenciam a manutenção da realidade de racismo estrutural. Sua participação é importante para que a pesquisadora consiga compreender mais de perto a realidade social.

A pesquisa poderá contribuir com a apresentação de possíveis medidas a serem adotadas pelo poder público municipal através das secretarias e comissões relativas às questões raciais e de gênero e pela iniciativa privada no combate à discriminação racial da mulher negra maceioense e da inserção da mulher negra nos mais diversos espaços sociais, sobretudo aqueles que permitirão o desenvolvimento socioeconômico.

Por favor, preencha o questionário a seguir. Lembro que não existem respostas certas ou erradas e que apenas a sua opinião é importante. Seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e a identificação do questionário será feita através de um número de identificação.

Agradeço, desde já, por sua colaboração.

Vivendo a Desigualdade racial e a intersecções de raça, gênero e classe: Um estudo com um grupo de mulheres negras e não negras sobre as condições socioeconômicas, os hábitos de consumo e a percepção do racismo estrutural em Maceio.

Maceió, _____ de _____ de 2021.

Participante nº: _____

Características familiares, de emprego e de moradia:

1. Qual sua data de nascimento? _____
2. Como você se autodeclara em relação a cor/raça: () branca () preta () parda () amarela () indígena
3. Qual o bairro em que você reside? _____
4. A residência é: () própria () alugada () cedida/emprestada
5. Quantos cômodos há em sua residência? () até 3 () até 5 () até 10 () mais de 10
6. Quantas pessoas moram em sua residência? _____
7. Possui filhos? () Não () Sim Quantos? _____

8. Qual seu nível de instrução? () analfabeta () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Pós-graduação

9. Qual sua ocupação no momento? _____

10. Sua ocupação é registrada? () Sim () Não

11. Possui outras ocupações? () Não () Sim Quais?

Características socioeconômicas:

12. Qual sua renda mensal estimada? () menos de 1 salário mínimo () até 2 salários mínimos () até 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos

13. Qual a renda mensal estimada do domicílio? () menos de 1 salário mínimo () até 2 salários mínimos () até 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos

14. Quem é o/a responsável pela maior fonte de renda do domicílio?

15. Quantas vezes você costuma ir a restaurantes, lanchonetes, bares e similares?

() Nunca vou () até uma vez por mês () até duas vezes por mês () até cinco vezes por mês () mais de cinco vezes por mês

Caso assinale a opção “nunca vou”. Qual o motivo? () Não gosto () Não tenho condições sempre () Outro: _____

16. Quantas vezes você costuma pedir serviços de *delivery* alimentício em restaurantes, lanchonetes e similares?

() Nunca peço comida fora () até uma vez por mês () até duas vezes por mês () até cinco vezes por mês () mais de cinco vezes por mês

Caso assinale a opção “nunca peço comida fora”. Qual o motivo? () Não gosto () Não tenho condições sempre () Outro: _____

17. Quantas vezes você costuma ir ao salão de beleza ou estabelecimentos similares?

() Nunca frequento salões e similares () até uma vez por mês () até duas vezes por mês () mais de duas vezes por mês

Caso assinale a opção “nunca frequento salões e similares”. Qual o motivo?

() Não gosto () Não tenho condições sempre; () Outro:

18. Quantas vezes você costuma realizar compras de itens pessoais como cosméticos, roupas, sapatos e similares?

Nunca compro itens para mim até uma vez por mês até duas vezes por mês mais de duas vezes por mês;

Caso assinale a opção “nunca compro itens para mim”. Qual o motivo? Não gosto Não tenho condições sempre Outro: _____

19. Quantas viagens para outras cidades, você costuma fazer?

Nunca viajo até uma vez por ano até duas vezes por ano até cinco vezes por ano mais de cinco vezes por ano

Caso assinale a opção “nunca viajo”. Qual o motivo? Não gosto Não tenho condições sempre Outro: _____

20. Quantas viagens para outros estados ou países, você costuma fazer?

Nunca viajo até uma vez por ano até duas vezes por ano até cinco vezes por ano mais de cinco vezes por ano

Caso assinale a opção “nunca viajo”. Qual o motivo? Não gosto Não tenho condições sempre Outro: _____

21. Quantas vezes você costuma ir ao cinema, teatro, shows ou outras atrações de entretenimento pagas?

Nunca vou até uma vez por mês até duas vezes por mês até cinco vezes por mês mais de cinco vezes por mês

Caso assinale a opção “nunca vou”. Qual o motivo? Não gosto Não tenho condições sempre Outro: _____

22. Possui plano de saúde? Sim Não

Caso assinale a opção “não”. Qual o motivo? Não acho necessário e não possuo condições Acho necessário, mas não possuo condições Possuo condições mas não acho necessário Outro: _____

23. Possui plano de previdência privada? Sim Não

Caso assinale a opção “não”. Qual o motivo? Não acho necessário e não possuo condições Acho necessário, mas não possuo condições Possuo condições mas não acho necessário Outro: _____

24. Das opções abaixo. Qual a principal destinação da sua renda?

alimentação vestuário lazer educação saúde

Desigualdade racial e racismo estrutural

25. Para você, o que é racismo?

26. Para você, como o racismo pode ser praticado?

27. Na sua opinião existe racismo em Maceió? () Não () Sim

28. Você já presenciou algum ato de racismo? () Não () Sim

29. Você já foi alvo de algum ato de racismo? () Não () Sim

30. Caso acredite que o racismo existe em Maceió, quem você acredita que mais o vivencia?

31. Como você avalia a presença do racismo na sociedade maceioense:

() raro () pouco presente () muito presente

32. Você acredita que já praticou algum ato de racismo? () Não () Sim

Descreva-o:

33. Para você, o que significa preconceito e discriminação racial?

34. Para você, como o preconceito e discriminação racial podem ser praticadas?

35. Na sua opinião, existe preconceito e discriminação racial em Maceió? () Não () Sim

36. Você já presenciou algum ato de preconceito ou discriminação racial? () Não () Sim

37. Você já foi alvo de algum ato de preconceito ou discriminação racial? () Não () Sim

38. Caso acredite que o preconceito ou a discriminação racial existe em Maceió, quem você acredita que mais vivencia?

39. Como você avalia a presença do preconceito e/ou discriminação racial na sociedade maceioense:

() raros () pouco presentes () muito presentes

40. Você acredita que já praticou algum ato de preconceito e/ou discriminação racial?

() Não () Sim Descreva-o: _____

41. Você faz parte de algum coletivo, ONG, ou associação que debate as questões raciais em Maceió? () Não () Sim Qual(is)? _____

42. Você costuma debater sobre raça/cor com seus familiares, amigos, colegas de trabalho?

() Não () Sim

Caso assinale sim, com que frequência costuma debater?

raramente sempre que surge alguma polêmica poucas vezes cotidianamente

43. Caso você acredite que exista racismo, preconceito e discriminação raciais em Maceió. Que medidas você considera adequadas para diminuir tais práticas?

ANEXO B

TABULAÇÃO DAS PERGUNTAS ABERTAS
<p>Para você, o que é racismo?</p> <p>Discriminação social.</p> <p>O racismo é uma estrutura opressiva que visa diminuir a existência das pessoas pretas na sociedade.</p> <p>Preconceito e descriminação.</p> <p>Preconceito infundado e sem sentido, onde te julgam por sua cor e raça.</p> <p>É toda exclusão, violência ou distinção de pessoas ou grupos, baseado em sua cor, raça ou nacionalidade.</p> <p>Quando uma pessoa trata mal uma pessoa por ela(e) ser diferente (na cabeça dela).</p> <p>É um tipo de preconceito no qual uma etnia se acha melhor/ superior a outra.</p> <p>Quando alguém trata as pessoas de forma desumana e inferior.</p> <p>Preconceito a uma pessoa ou grupo baseado na cor ou etnia (não sei se o termo "raça" é correto).</p> <p>Crime baseado no preconceito sobre a cor e raça.</p> <p>ser tratado de forma inferior apenas por a sua cor de pele ser diferente da que é dita "certa".</p> <p>É a pessoa descriminar uma pessoa por sua cor ou etnia.</p> <p>Descriminação e preconceito baseado na raça.</p> <p>É você não aceitar/ diminuir o outro em decorrência da sua raça / cor.</p> <p>discriminar alguém por sua cor de pele.</p> <p>Discriminação por parte de um indivíduo ao pertencer ao um grupo étnico ou racial.</p> <p>Quando sou tratada diferente das outras pessoas pela minha raça.</p> <p>Acreditar que alguém é inferior pela cor da pele.</p> <p>Julgar as pessoas pela cor da pele.</p> <p>Preconceito com a pele, cabelo, boca, aparência, quando você humilha, faz piada.</p>
<p>Para você, como o racismo pode ser praticado?</p> <p>De toda forma</p> <p>Das formas mais sutis, como ser seguido pelo segurança em uma loja, como das mais agressivas, com agressões verbais ou físicas.</p>

Perguntas “ inofensiva “ mas que tem cunho racista do tipo: você sai na rua com esse cabelo assim? Como você faz pra lavar esse cabelo? virou moda cabelo assim num foi ?

De diversas formas, por meio de atos, falas e estruturalmente.

Por se tratar de uma questão estrutural, o racismo é praticado desde a invisibilização de pessoas negras em espaços comuns como cargos políticos e de lideranças e vai até (e além) a violência explícita como o abuso cometido por policiais em comunidades ocupadas majoritariamente por pessoas negras.

Desde a escola

De várias formas, desde o racismo estrutural que é muito “comum” em um país que “foi” escravocrata como Brasil, em algumas situações sociais até o racismo institucional que é o principal responsável pelo abismo socioeconômico e segregação da população negra e indígena

Em gestos, palavras, atitudes.

De uma forma mais "sutil", deduzindo que pessoas com determinada aparência (seja pelas roupas ou pelo tom de pele) tem a índole duvidosa, ou oferece risco à segurança da comunidade. De forma mais direta, agredindo física ou verbalmente esse grupo. Mas também existem outras formas mais complexas, que tem um contexto histórico da escravidão no Brasil, e que tem consequências até os dias de hoje, como as desigualdades em qualidade de vida, salário, educação, moradia, oportunidades de ascensão.

Em qualquer ambiente onde há convívio social, inclusive no âmbito virtual. No local de trabalho, por exemplo, através de violência verbal ou física, psicológica, assédio. das formas mais sutis até as mais explícitas

Com ofensas, Desrespeito, e ‘mtas’ vezes de forma sutil mais racistas

Julgar como padrão um comportamento em razão da raça.

Olhares, palavras e gestos.

Por xingamentos e expressões pejorativas, por "exclusão" de alguém

Por expressões, por forma verbal ou virtual.

Direta e indiretamente. Com falas, gestos, olhares

Para você, o que significa preconceito e discriminação racial?

Preconceito não conhece aquilo e já julga independente. Já a discriminação racial a praticar a diferença baseada na cor ou raça

Significa dor, violência e desrespeito

É um fato que existe preconceito e discriminação racial de várias formas, não só com pessoas pretas mas também com asiáticos, índios e, etc... Preconceito e discriminação racial pra mim é qualquer ato fala ou estupidez pontuando a cor, etnia, origem nacional ou étnica.

Quando você julga antes de conhecer. Quando você julga pela cor e raça.

O preconceito vem de um julgamento precipitado, equivocado. Já a discriminação é construída socialmente e se reflete na exclusão, violência e indiferença sobre pessoas negras, indígenas...

Quando você julga uma pessoa pela cor da pele

Preconceito é o ato, opinião ou sentimento concebido por uma pessoa sem um conhecimento ou experiência prévia. Discriminação racial é o comportamento que exclui um grupo por conta de sua etnia ou descendência.

Preconceito é quando você julga algo ou alguém e acha que aquilo que você faz está certo. Você já tem seu conceito sobre aquilo e nada muda sua opinião. Discriminação racial, é quando você trata mal as pessoas por causa da cor da sua pele.

Preconceito é pré julgar alguém baseado nos estereótipos absorvidos durante a vida.

Discriminação racial é segregar alguém ou um grupo pelo fato de fazer parte de um grupo racial ou etnia diferente

Ato ou ideia de julgamento que considera uma pessoa inferior por sua cor ou raça.

Julgar pela aparência sem conhecer

Preconceito, é vc ter uma opinião de algo sem ter uma devida reflexão ou conhecimento. E a discriminação racial, é a pessoa discriminar o outro por sua cor ou sua raça

Preconceito é julgamento por conta de sua diferença, discriminação racial é uma ação ou omissão inferiorizada em razão da sua raça.

Preconceito é você formar uma Opinião prévia sem nem ao menos conhecer a pessoa.

E discriminação racial é Discriminar em decorrência da cor ou raça.

Julgar ou pré julgar alguém de forma diferente por sua raça, acreditando que seja inferior por isso

Preconceito acompanha hostilidade, desamor ao próximo e discriminação racial vai além da cor, raça, orientação sexual, religiosidade.

Quando uma pessoa é julgada pela sua, como incapaz, como violenta, etc. E suas oportunidades são diminuídas devido a isso.

Para você, como o preconceito e discriminação racial podem ser praticadas?

Todo dia

Principalmente por meio de palavras

Quando eu me sinto superior a outra pessoa por ser branco, achar que a pessoa não pode assumir um determinado cargo por causa do seu cabelo, cor ou religião.

Desde a não inclusão de pessoas negras em espaços comuns, cargos de liderança, mercado de trabalho, publicidade positiva até a violência cometida pela polícia (por exemplo), ao abordar/acusar/prender/espancar pessoas negras, sempre associadas ao crime.

Desde a exclusão de pessoas por sua etnia em situações de vagas de emprego, acesso a lugares, políticas e direitos, abordagens policiais agressivas e diferenciadas, subestima da capacidade intelectual

Com gestos, palavras e atos.

Nas relações de trabalho, nas questões religiosas, sociais.

Diversas formas e ambientes, inclusive nas escolas, transporte público.

supor coisas pelo fato da oessoa ter pele mais escura

Com a falta de respeito, exclusão,

Com atitudes que inferioriza e desequilibra a relação humana.

Através de palavras e gestos.

Xingamentos, expressoes pejorativas, "exclusao" de círculos sociais

Verbal ou virtual.

Direta e indiretamente, com gestos, olhares, medo, etc

Caso acredite que o racismo existe em Maceió, quem você acredita que mais o vivencia?

O negro e pobre

Pessoas mais pobres e periféricas

As pessoas periféricas preta e pobre.

As pessoas negras e periféricas

Mulheres e homens negros periféricos

Os pretos e os gays

<p>População negra e da periferia</p> <p>Infelizmente as pessoas negras</p> <p>Homem jovem negro morador de regiões periféricas</p> <p>Homens e mulheres pretas da periferia.</p> <p>pessoas pobres</p> <p>Mulheres</p> <p>A mulher jovem/adulta</p> <p>Pessoas pretas.</p> <p>Mulheres negras de baixa condicao social</p> <p>Pessoas de pele negra</p> <p>Pessoas pretas inseridas em ambientes geralmente frequentados por brancos.</p>
<p>Caso acredite que o preconceito ou a discriminação racial existe em Maceió, quem você acredita que mais vivencia?</p>
<p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Pessoas pobres, negras, que escolhem ser de gênero diferente, que tem obesidade.</p> <p>Jovens negros. Homens e mulheres.</p> <p>Jovens pretos da periferia.</p> <p>pessoas pobres e negras, mulheres, homossexuais</p> <p>Gays, travestis, mulheres</p> <p>Mulher jovem</p> <p>Pessoas pretas.</p> <p>Pessoas negras de baixa condicao social</p> <p>Boa parte da população de baixa renda</p> <p>Pessoas pretas inseridas em ambientes geralmente frequentados por brancos</p>

ANEXO C

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: INVISIBILIZAÇÃO DA MULHER NEGRA DE MACEIÓ: uma análise acerca dos fatores de predominância da desigualdade racial (2010-2021)

Pesquisador: Raísa Alves da Silva Almeida

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 45178020.5.0000.5641

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.023.213

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa intitulado "INVISIBILIZAÇÃO DA MULHER NEGRA DE MACEIÓ: uma análise acerca dos fatores de predominância da desigualdade racial (2010-2021)", que visa a "compreender a vivência de mulheres autodeclaradas negras em relação à desigualdade racial decorrente do racismo estrutural e estruturante em sua dimensão socioeconômica. A pesquisa realizará a comparação entre a realidade de mulheres autodeclaradas brancas e autodeclaradas negras com base em pesquisa bibliográfica, estatística descritiva e pesquisa de campo instrumentalizada por meio da aplicação de questionários. Oito bairros de Maceió foram escolhidos para a aplicação dos questionários com mulheres de 20 a 59 anos. Após a realização das três etapas, bibliográfica, estatística e empírica, os dados serão convertidos em informações que permitam identificar e analisar fatores geradores da desigualdade racial e identificar características históricas, socioculturais e estatísticas de Maceió que permitem a manutenção da desigualdade. A pesquisa de campo é relevante, pois conferirá a pesquisadora maior proximidade com a realidade e possibilitará as participantes explicarem como experienciam o racismo e a desigualdade racial."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Verificar de que modo a vivência das mulheres negras de Maceió com o racismo estrutural

Continuação do Parecer: 5.023.213

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A

Bairro: Campus Amélia Uchôa

CEP: 57.038-000

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3311-3113

E-mail: cep@al.unit.br

influencia na desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras e brancas. Objetivo Secundário:

Identificar quais fatores geram a desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras de Maceió em comparação com as mulheres autodeclaradas brancas; Analisar como os fatores que geram a desigualdade racial entre mulheres autodeclaradas negras de Maceió em comparação com as mulheres autodeclaradas brancas são responsáveis por criar a realidade de invisibilização social entre elas. Identificar que características históricas, socioculturais e estatísticas de Maceió influenciam a manutenção do racismo estrutural e do preconceito e discriminação raciais."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram devidamente apresentados, conforme orientações do CEP:

"Riscos:

Em decorrência da aplicação dos questionários as mulheres envolvidas na pesquisa podem ter algum desconforto e constrangimento caracterizando assim risco emocional. Para solução do risco, caso gerado, será disponibilizado encaminhamento para tratamento na Clínica de Psicologia da UNIT/AL. As participantes não serão identificadas por seus nomes e não serão coletados dados pessoais, sendo mínimos os riscos de identificação e conseqüente violação de dados pessoais das mulheres que responderem ao questionário. Entretanto, para minimizar riscos quanto a identificação, as participantes serão identificadas por números e após a tabulação das informações os questionários serão destruídos e posteriormente descartados.

Benefícios:

O participante da pesquisa terá a oportunidade de partilhar sua vivência em relação ao racismo, as formas de discriminação sofridas e de ampliar sua voz, apontando possíveis reivindicações que possam ser consideradas por entes públicos e elaboradores de políticas públicas. O benefício será contribuir para criação, desenvolvimento ou implementação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos do segmento negro feminino de

Maceió. Identificar a amplitude do problema e as formas como ele atinge as mulheres negras, resulta em tornar as políticas mais eficientes e que visem dirimir as desigualdades raciais e oportunizar o acesso aos direitos fundamentais básicos das mulheres negras de Maceió. E ainda, apresentar possíveis medidas a serem adotadas pelo poder público municipal através das secretarias e comissões relativas às questões raciais e de gênero e pela iniciativa privada no combate à discriminação racial da mulher negra maceioense e da inserção da mulher negra nos

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A

Bairro: Campus Amélia Uchôa

CEP: 57.038-000

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3311-3113

E-mail: cep@al.unit.br

Continuação do Parecer: 5.023.213

mais diversos espaços sociais, sobretudo aqueles que permitirão o desenvolvimento socioeconômico."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ajustes devidamente realizados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Devidamente apresentados, conforme ajustes sugeridos anteriormente pelo CEP.

Recomendações:

Alterar data de início da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação, uma vez que devidamente realizados todos os ajustes necessários.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer da relatoria e aprova o protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_1817797_E1.pdf	10/09/2021 19:56:31		Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados_questionario.doc	10/09/2021 19:52:13	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP.doc	10/06/2021 20:32:31	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	10/06/2021 20:27:33	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	01/06/2021 20:01:54	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito
Outros	DECLARACAODECUMPRIMENTODAS NORMASDARESOLUCAO466.pdf	19/02/2021 10:38:26	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	10/12/2020 11:53:53	Raísa Alves da Silva Almeida	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 06 de Outubro de 2021

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A

Bairro: Campus Amélia Uchôa

CEP: 57.038-000

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3311-3113

E-mail: cep@al.unit.br